



FLACSO
BRASIL

ATUAÇÃO E MILITÂNCIA DE MULHERES NEGRAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

ALVA HELENA DE ALMEIDA
MAGDA ISABEL NASCIMENTO
(ORGANIZADORAS)

Série Cadernos FLACSO

N26

www.flacso.org.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Atuação e militância de mulheres negras no Estado de São Paulo [livro eletrônico] / Alva Helena de Almeida, Magda Isabel Nascimento.

(organizadoras). -- 1. ed. -- Brasília :

Faculdade Latino-Americana

de Ciências Sociais, 2025. -- (Série cadernos Flacso ; 26)

ePDF

Bibliografia

ISBN 978-65-87718-52-1

1. Ativismo 2. Militância 3. Movimento negro
4. Mulheres negras - São Paulo (SP) - Aspectos sociais 5. Relatos de experiências I. Almeida, Alva Helena de. II. Nascimento, Magda Isabel. III. Série.

25-288599

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres negras : Aspectos sociais : Sociologia
305.42

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Série Cadernos FLACSO

N26

www.flacso.org.br





FLACSO
BRASIL

Série Cadernos FLACSO

Número 26

FLACSO Brasil

Diretora: Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara)

ATUAÇÃO E MILITÂNCIA DE MULHERES NEGRAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Alva Helena de Almeida e Magda Isabel Nascimento (Organizadoras)

ISBN: 978-65-87718-52-1

Julho, 2025

Flacso Brasil (da Série Cadernos FLACSO)

Brasília, 2025

Editora: Flacso Brasil

Projeto Gráfico: Marcelo Giardino

Revisão: Margareth Doher

FLACSO Brasil

SAIS Área 2-A, s/n, 1º andar, sala 121

CEP: 70610-900, Brasília (DF), Brasil

E-mail: flacsobr@flacso.org.br

Série Cadernos FLACSO

N26

www.flacso.org.br

SUMÁRIO

| | | |
|--|--|-----|
| Apresentação <i>Magda Isabel Nascimento</i> | | 5 |
| A caminhada que me transformou numa ativista <i>Alva Helena de Almeida</i> | | 10 |
| Vivência no ativismo negro: breve relato <i>Suelma Inês de Deus</i> | | 16 |
| Entre silêncios e vozes: memórias de uma mulher negra <i>Ester Fátima Vargem</i> | | 21 |
| Mulheres e homens negros alertam: Soweto é aqui <i>Matilde Ribeiro</i> | | 26 |
| A luta ferrenha contra o racismo e a discriminação <i>Marilândia Frazão</i> | | 38 |
| Uma vida de luta e legado: a trajetória de uma mulher negra na busca por igualdade <i>Sandra Mariano</i> | | 49 |
| Sônia Leite... Afeto e Coragem <i>Magali Mendes</i> | | 56 |
| Quem sou eu e de onde vim... <i>Maria do Carmo Sales Monteiro</i> | | 63 |
| Uma mulher sowetiana <i>Izolina Rosa</i> | | 67 |
| 47 Anos de luta contra o racismo <i>Lenny Blue de Oliveira</i> | | 76 |
| Esperançar na sua plenitude em verso e prosa <i>Esmeralda Ribeiro</i> | | 83 |
| Atuação e trajetória das mulheres negras na Soweto <i>Gevanilda Santos</i> | | 88 |
| Ativismo negro e feminista no interior do estado de São Paulo <i>Magali Mendes</i> | | 100 |
| Uma vida de realizações, lutas e conquistas <i>Maria de Fátima Ferreira</i> | | 105 |
| Trajetoira e atuação como mulher negra <i>Vanderli Salatiel</i> | | 116 |
| Raízes negras: memórias, resistências e conquistas <i>Aisha Mahin</i> | | 125 |

APRESENTAÇÃO

Magda Isabel Nascimento¹

*A ideia é escrever de forma que as
pessoas ouçam e que isso deslize
pelo cérebro e vá direto ao
coração.*

Maya Angelou²

Apresentar mulheres negras com histórias, vivências, sabedorias e compromisso fincado na lealdade, justiça social, racial e um forte compromisso com a luta de combate ao racismo no Brasil, de certo modo nos provoca para uma reflexão de quanto visíveis são as ações e comprometimento político social engendrado em suas trajetórias individuais e coletivas.

Dessa maneira, o texto será dividido por eixo temático e profissional, e as escritas das mulheres negras serão apresentadas nas seguintes ordens: área de trabalho; participação política; movimento negro.

Iniciamos com a trajetória das mulheres negras que participaram ativamente no movimento negro, desde sua construção e idealização, e ainda nos dias atuais participam, são atuantes, se envolvem no dia a dia com reuniões, projetos, eventos, entre tantas outras atividades direcionadas para a igualdade racial.

A caminhada que me transformou em uma ativista relata o pertencimento da autora que ao acessar a universidade inicia seu envolvimento com a luta racial, em seguida, sua atuação no

¹ Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² The Complete Collected Poems of Maya Angelou. Ed. Random House, s.p., 1994.

movimento sindical que para ela foram a base de sua construção como uma mulher negra.

Vivência no ativismo negro: breve relato tem como ponto de partida a chegada na universidade e a participação política no grupo de estudantes negras/os e as discussões acerca da questão racial, sendo então, o ativismo acadêmico que direcionou de certa maneira o fortalecimento de sua identidade racial.

Em outra leitura, denominada **Entre silêncios e vozes: memórias de uma mulher negra**, a autora reflete sobre seu pertencimento e o momento no qual através de sua família descobriu sua ancestralidade. E a sua participação política através do teatro negro nos anos 70.

Seguindo por esse caminho, no qual a luta racial se realiza, e se encontra no meio acadêmico, nas reivindicações do movimento negro direcionando para a participação política. Expressando o intercruzamento dos coletivos acadêmicos com o movimento negro, em **Mulheres e homens negros alertam: Soweto é aqui**, a autora apresenta a prática coletiva da organização política para viabilizar, e propor uma agenda antirracista em constante diálogo com o poder público, especialmente a esfera federal.

Nesse contexto, outra autora – **A luta ferrenha contra o racismo e a discriminação racial** – percorre esse caminho com ações pautadas pelas organizações negras, dialogando e participando de maneira efetiva na administração pública, com ações e implementações de políticas, especialmente na esfera educacional considerando outras matrizes educacionais e não somente as ocidentalizadas.

No artigo **Uma vida de luta e legado: a trajetória de uma mulher negra na busca por igualdade**, a autora relata momentos os quais foram marcantes em sua vida no período da ditadura. Sua inserção e incursão política no sindicato e no partido dos

trabalhadores, além de sua participação na prefeitura e secretaria do partido.

Reificar a memória, **SÔNIA LEITE... Afeto e Coragem** nos possibilita inspirar e objetivar um período em que ações e reuniões tinham como propósito um mundo “justo e igualitário”. Ela construiu pontes na esfera política, sindical e no movimento negro, entre outras ações referendadas no artigo.

Quem sou e de onde vim... é um artigo que aborda a representatividade como uma possibilidade de definição profissional. Através da atuação no centro acadêmico da universidade, a militância no movimento negro foi crucial para a participação na construção da política pública denominada “política nacional de saúde integral da população negra”.

No artigo **Uma mulher sowetiana**, a autora se diz fruto da “diáspora africana”, combinando poesia ao demonstrar sua chegada na cidade grande, e assim surge o questionamento acerca das desigualdades que desembocará no seu encontro e na participação com ativistas do movimento negro. Ainda na mesma escrita, temos a fomenagem para sua irmã, em **Majo, Presente!** que também participou ativamente no grupo universitário da Pontifícia Universidade Católica (PUC), na coordenação da Coordenadoria nacional de entidades negras (CONEN), e fez parte da diretoria da Soweto Organização negra.

A autora de **47 anos de luta contra o racismo** compartilha conosco sua trajetória profissional e de militância no Movimento Negro Unificado (MNU), lembrando sua participação em eventos, debates, registros importantes que nos fazem compreender o racismo, feminismo, envelhecimento, entre tantas outras inquietações transcorridas e manifestadas em seu texto.

O artigo **Esperanças na sua plenitude em verso e prosa** nos possibilita um encontro com as palavras de um jeito poético, pois essa é a forma de militância encontrada pela autora no coletivo

Quilombhoje de literatura, além de refletir sobre saúde, solidão, sonhos e envelhecimento em forma de conto, prosa e poesia.

A autora de **Atuação e a trajetória das mulheres negras na Soweto** apresenta uma cronologia das mulheres que atuaram na organização, desde sua origem até os dias atuais. Expressa no ativismo engajado das mulheres negras, ancestralidade, a luta universitária, contra o racismo, a pobreza, o machismo e o legado juvenil, além de pontuar “lições do ativismo para toda a vida”.

No artigo **Ativismo negro e feminista no interior do estado de São Paulo**, a autora apresenta sua trajetória de ativismo que tem início na adolescência no Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), na criação do Grupo Afro Cultural em Jundiaí, interior de São de Paulo. Atuou na diretoria do sindicato da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), além de iniciar sua reflexão sobre feminismo no curso das Promotoras Legais Populares.

O artigo **Uma vida de realizações, lutas e conquistas** apresenta o caminho percorrido pela autora demonstrando as diversas situações de racismo vivenciadas, as participações políticas, projetos para adolescentes, em especial meninas e movimento de mulheres. Atuou na coordenadoria do negro, na gestão da prefeita Luiza Erundina, no Movimento de Moradia e no Movimento Negro Unificado.

Em **Raízes negras: memórias, resistências, conquistas**, a autora mergulha nas memórias do ativismo, apresenta uma trajetória de resistência, as conquistas do movimento negro, os desafios educacionais e profissionais. A vivência em Angola, a gestação em um país africano, sua experiência como professora no país angolano. Além de ressaltar os ensinamentos de gerações passadas que devem servir de referências para as futuras gerações da comunidade negra.

A autora de **Trajétória e atuação como mulher negra** apresenta-nos sua vivência e pertencimento na vida cultural, acadêmica e intelectual, ao conhecer artistas e intelectuais negros/as

na região central da cidade de São Paulo, especialmente na praça da república. Sua participação no grupo teatral, criado por Tereza Santos e Eduardo Oliveira e Oliveira, além de atuar como professora em diversas escolas na região de São Paulo, trabalhando com história da África, num período anterior à Lei nº 10.637/03. Além de atuar em diversos centros culturais na cidade de São Paulo.

Concretizando as palavras que discorrem em memórias, redemoinhos transformados em escritas que retornam de um passado, nem tão distante, mas espalham como o vento falas que estavam contidas e que hoje podem voar livres, revelando dores, saudades, ausências, racismos, compromissos, amizades, amores e muito axé.

Boa leitura!



**A CAMINHADA QUE ME
TRANSFORMOU NUMA
ATIVISTA**

Alva Helena de Almeida

Sou a sexta geração de Maria Vicentina de Almeida e Oswaldo José de Almeida, mineiros das cidades de Alfenas e Poços de Caldas. Meu pai não completou o antigo ginásio, mas conseguiu prestar concurso público e ser servidor do Estado. Minha mãe foi alfabetizada em casa, durante seis meses. Depois de quatro filhos homens, nasci em São Paulo, Capital, no dia 29 de abril de 1956, e fui criada como a única menina nessa família. Tive uma infância feliz, mas com dificuldades. Comecei a trabalhar aos 16 anos de idade. Estudei em escolas públicas. Fiz graduação em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, onde concluí os cursos de Licenciatura, Especialização, Mestrado em Saúde Pública e Doutorado em Ciências, entre 1976 e 2009.

Iniciei a atuação profissional na Assistência Hospitalar. Prestei concurso público municipal em 1990 e, passei a atuar no Centro de Formação dos trabalhadores da saúde, com educação profissional e educação permanente. Me aposentei em 2014. Nos primeiros anos da graduação, comecei a participar de atividades políticas, acompanhando outros estudantes negros da própria Universidade e da Pontifícia Universidade Católica. Fui a primeira da família a acessar à universidade e me envolver com as questões raciais.

Foi assim que conheci os protagonistas do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Grupo Negro da PUC (GNPUC), que passaram a ser os amigos de reuniões políticas, eventos culturais, dos bailes Black, das viagens e dos atos públicos como o da fundação do MNU, em 1978. Meus pais não tiveram nenhuma participação política ou em instituições da cultura negra, nem os meus irmãos. Fui me aproximando timidamente desses ativistas, participando das discussões e iniciando, o que posso reconhecer ter sido o meu letramento racial no final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX. No final dessa década e início dos anos 90, atuei na direção do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, o que de certa forma me afastou do movimento negro, ainda que tivesse

mantido as relações sociais e culturais com a negritude. Vale lembrar que o movimento sindical passa a pautar a questão racial e a criar estruturas para o enfrentamento do racismo somente na década seguinte.

Entre 1989 e 1992, tivemos a primeira gestão pública de esquerda na cidade de São Paulo. A gestão da prefeita Luiza Erundina, de Paulo Freire como Secretário da Educação e dos Secretários Eduardo Jorge e do Carlos Neder na Saúde, entre outros, mobilizou intensamente a nossa atuação como profissionais e cidadãos, momentos em que fui sendo acionada como trabalhadora e como mulher negra. Alguns dos meus amigos ativistas compuseram equipes técnicas e de coordenação de projetos nessa gestão, experiências essas que me possibilitaram ampliar a compreensão sobre a negritude e o racismo. Destaco a minha participação no Seminário “O Quadro Negro da Saúde – Implantação do Quesito Cor no Sistema Municipal de Informação em Saúde”, em maio de 1990, experiência histórica da cidade de São Paulo frente à categoria raça/cor na área da saúde. As experiências de participação popular construídas coletivamente e vivenciadas nesse período nos fortaleceram significativamente, e deram sustentação para a compreensão do papel de cidadão na construção de uma cidade melhor para todos, em particular para os pobres, os negros e as mulheres.

Ao longo da primeira década do século XXI, as atividades na área da saúde me demandaram intensamente, requerendo ampliação da consciência racial e atuação participativa. Estive sob formação direta de Maria do Carmo Sales Monteiro e, indireta, de Edna Muniz, Maria Inês Barbosa, Maria Lúcia Silva, Fernanda Lopes, ativistas da saúde que foram e são referências para a minha trajetória profissional e racial. Além delas, estive em contato próximo com a Maria José Pereira dos Santos, a Majô, e fui convidada pela Gevanilda Gomes dos Santos, a amiga Ge, para compor, como Tesoureira, a

gestão administrativa da Soweto, nos anos 2003, 2004, 2005 e 2006. Avalio que a minha atuação, à época, foi um tanto restrita. Contudo, a formação que obtive em paralelo me possibilitou construir, gradativamente, o meu ativismo no campo da saúde, pautado na perspectiva racial, experiência que carregou onde atuo.

Fiz parte da Comissão Organizadora da "I Conferência Municipal de Saúde da População Negra", e fui Relatora do painel "Capacitação dos Profissionais de Saúde: o SUS e a peculiaridade do processo saúde/doença da população negra", em maio de 2003. Participei como palestrante no "I Seminário de Saúde da Mulher Negra: reavaliando a história, repensando o futuro", em julho de 2003. Fui treinanda no "Workshop de Sensibilização: Implementação do Quesito Cor nos Programas Estaduais de DST/HIV/Aids – Projeto Piloto", em junho de 2004. Participei do "I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros", realizado em São Carlos, em 2002; do "Encontro Estadual de Pesquisadores Negros", ocorrido em agosto de 2004, em São Paulo; e do "III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros", realizado em setembro de 2004, em São Luís, Maranhão. Tive a honra de participar do "Seminário Nacional de Saúde da População Negra", realizado em Brasília, em 2004, sob a Coordenação de Maria Inês Barbosa, experiência que me permitiu organizar material didático para seminários sobre essa temática nas regiões Sul e Leste da cidade de São Paulo.

Participamos, eu e Maria do Carmo Sales Monteiro como autoras de trabalhos sobre a Temática Racial na Educação Permanente, do "8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva" e "VI Congresso Nacional da Rede Unida", em 2005. Estive como Observadora na "2ª Conferência Municipal de Saúde da População Negra", em novembro de 2006, em São Paulo. Fui facilitadora da Oficina: Quesito Raça/cor, promovida pela Secretaria de Estado da Saúde, pela Universidade Federal do Maranhão/Mestrado em Saúde e Ambiente, pela Rede Nacional de Religiões Afro-brasileira e pelo

Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde de São Paulo, em 2007, em São Luís do Maranhão. Destaco, por fim, a participação na “12ª Conferência Nacional de Saúde em 2003” e no “II Seminário O SUS e a Saúde da População Negra no município de São Paulo”, em dezembro de 2011, sob a maestria da Maria do Carmo, com a presença da Ministra da Promoção da Igualdade Racial, Profa. Dra. Luiza Bairros, momentos históricos que pude compartilhar com a companheira Majô.

Resgato ainda a oportunidade de participação no Curso de Formação “Negras e Negros: Resistência, Identidades e Opção pelo Socialismo”, parceria da Soweto Organização Negra e a Rede de Educação Cidadã – São Paulo, realizado em 2006. Decisões pessoais e políticas me possibilitaram reencontrar os amigos ativistas e compartilhar ações políticas, em quatro edições do Fórum Social Mundial, no Brasil, em Porto Alegre 2005, e em Salvador em 2018, e no continente africano, em 2007, no Quênia e em 2011, no Senegal.

Foram essas, algumas das experiências que me constituíram como uma mulher negra, trabalhadora, servidora do público, educadora e ativista em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), público, de qualidade, sem racismo, e da efetiva implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

A partir de 2020, no período mais ameno do ponto de vista sanitário da pandemia da Covid-19, assumi a direção da Soweto cujo projeto principal foi o da preservação, digitalização do acervo e manutenção da memória da instituição, além da sua internalização. Tem sido um processo rico, denso, desafiador, que está sendo possível assumir, num momento de maturidade pessoal e de maior consciência racial. Os sucessivos encontros ao longo de décadas me possibilitaram compartilhamentos de experiências de múltiplas áreas, distintos saberes e gerações, além da atuação singular dos integrantes da Soweto e de instituições parceiras. Reconheço ser essa constituição no campo da saúde, recortada pela perspectiva racial, e

de gênero, que disponibilizo para a continuidade das atividades na Soweto, no Movimento Negro, no Movimento de Mulheres, e, mais recentemente, na Enfermagem Negra, maior contingente de profissionais do Sistema de Saúde Brasileiro, cerca de 50% da força de trabalho do setor, e a maioria se autotransformou como negra, segundo o Perfil da Enfermagem Brasileira, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), publicado em 2017. É composta por 85% de mulheres, 77% são profissionais de nível médio, 23% são as profissionais graduadas e 53% se declaram negras. Quando analisamos os dados segundo o quesito raça/cor e escolaridade, constata-se que 57,4% são trabalhadoras negras no nível médio, sob o comando de 57,9% de enfermeiras brancas. A exemplo de outros campos produtivos da nossa sociedade, a enfermagem negra ocupa a base da pirâmide organizacional do setor saúde, mantida nesse lugar por mais de um século, em decorrência do racismo estrutural e da estratificação social naturalizada no país. Venho exercitando uma atuação política assentada nas interseccionalidades de classe, raça, gênero, geração, identidade de gênero, deficiência, entre outras.

Ter a oportunidade de compor a gestão institucional da Soweto como presidenta, no período de 2020 a 2022, e reconduzida para a gestão de 2022 a 2024, me fez perceber a constante presença das mulheres nesse espaço, ao longo de décadas. Identificá-las e resgatar as diversas contribuições, nos valoriza, e solidifica o reconhecimento que todas merecemos nesse processo histórico de lutas contra a exploração do capital, o racismo, o machismo e outras desigualdades.

Gratidão! Vida longa SOWETO!
Mulheres na gestão fazem a diferença!



**VIVÊNCIA NO ATIVISMO
NEGRO: BREVE RELATO**

Suelma Inês de Deus

Sou a Suelma Inês de Deus, filha de Inez Aparecida Alves de Deus, paulistana da Vila Ipojuca, zona oeste da cidade de São Paulo, 89 anos e Francisco Alves de Deus, nascido em Manga (MG), falecido em 1974, aos 42 anos. Nasci na cidade de São Paulo, no dia 18 de fevereiro de 1960.

Em 1979, entrei no curso de graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), momento em que conheci estudantes negros e negras de outros cursos, os quais estavam organizando o Grupo Negro da PUC-SP (GNPUC), cujo objetivo era pautar politicamente a questão racial dentro e fora da universidade.

Comecei a participar das reuniões e me tornei ativista. O tempo passou, nos formamos e demos continuidade ao ativismo fora da universidade, com a criação da Soweto Organização Negra, na década de 90. Por motivos de casamento e nascimento da/o filha/o, fiquei afastada da militância por um período, não me recordo exatamente o tempo, mas a participação em algumas atividades foi mantida.

A compreensão da realidade brasileira a partir do olhar crítico para a dimensão racial só foi possível em função do ativismo no movimento negro. Nesse aspecto, tanto o GNPUC como a Soweto Organização Negra foram, e a Soweto ainda é, escolas que me formaram na teoria e na prática para entender, enfrentar e agir na complexa dinâmica sociorracial brasileira. Além da questão racial, foco do ativismo, a vivência nos dois grupos me proporcionaram estabelecer relações de amizade, de irmandade com mulheres e homens. Nesse sentido, como lidar com manifestações de machismo, de autoritarismo dentro da organização? Creio ser esse o grande desafio para a Soweto e demais instituições e coletivos mistos. Particularmente acredito na possibilidade de seguirmos pela via do diálogo, da troca, o que em alguns momentos não é fácil e pode ser considerado para alguns/mas estratégia não resolutive. A possibilidade de lermos autoras que refletem sobre o feminismo

negro (Lelia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro, bell hooks, entre outras) e sobre o mulherismo africana (Clenora Hudson, Nah Dove, Katiúscia Ribeiro, entre outras) é um caminho que abre um leque de possibilidades para pensar a relação entre mulheres e homens, em especial da Soweto, e das demais instituições mistas, além de contribuir para a construção de relações afetivas, amorosas, solidárias e comunitárias mais sinceras, transparentes, igualitárias e afrocentradas.

Participei da diretoria da Soweto Organização Negra nas gestões em que mulheres estavam na presidência, Maria Jose Pereira, a Majô (2007), e Alva Helena de Almeida (2021-2022; 2023-2024), além de 75% da diretoria executiva ser composta por mulheres. A composição é bem emblemática, mas não significa que as decisões políticas passem tão somente por essa estrutura burocrática. Atualmente, estou como vice-presidente e a perspectiva das decisões coletivas é a metodologia que a organização decidiu trabalhar.

A Soweto procurou manter-se alinhada com a pauta do movimento de mulheres negras, tendo à frente, inicialmente, Gevanilda Santos, a Ge, como protagonista das ações políticas referentes às mulheres negras dentro da Soweto. A articulação com movimentos de mulheres, com o movimento sindical e popular, bem como a inserção de temas que dizem respeito às mulheres negras – a exemplo da tripla exploração, ou da exploração de raça, classe e gênero – foram centrais nesse processo.

Outras conexões realizadas extrapolaram o âmbito institucional e alcançaram o campo profissional para a intervenção política, a exemplo do artigo escrito com Majô e Matilde Ribeiro (ex-integrante da diretoria executiva da Soweto e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR) para a Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS), em 1989, problematizando a ausência da questão racial no Serviço Social. Foi

um marco histórico na profissão, lembrado e referendado, ainda hoje, pela categoria profissional.

A gestão 2021-2022 foi marcada pela chegada da Priscila Beltrame e Raquel Martins, respectivamente, sobrinha e cunhada da querida Majô, que nos deixou tão precocemente. Ambas ingressaram na Soweto com a mesma alegria, energia e força da Majô, somaram esforços para a realização dos trabalhos institucionais.

A participação da Soweto no programa de intercâmbio da Rice University, localizada em Houston, Texas, nos Estados Unidos, foi uma novidade e desafio para a gestão da Alva Helena. O intercâmbio consiste na visita, por oito semanas, de estudantes, geralmente duas pessoas, da referida universidade. Exige um planejamento e compromisso para desenvolver atividades ligadas à questão racial. Desde o primeiro ano do intercâmbio, temos recebido estudantes mulheres. Em 2021, recebemos Maria Alejandra Mora e Isabela Felicitas Bowers, ambas filhas de migrantes latinos, respectivamente, da Colômbia e do México; na segunda edição recebemos Kennedy, jovem negra afro-americana e na terceira edição Sharon S. Olaifa e Erica Takang, ambas de descendência africana, esse destaque é importante para demonstrar a multiplicidade étnica, a vivência com culturas e formas de ser tão distintas. Jovens mulheres destemidas que chegaram na organização para concretizar o sonho de conhecer o Brasil, a cultura negra, a cidade, as pessoas.

Em todas as edições do intercâmbio, as estudantes participam da Marcha das Mulheres Negras, na cidade de São Paulo, em comemoração ao dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, evento importante, pois, além de dar visibilidade às reivindicações das mulheres negras, traz o conceito do Bem Viver – modelo civilizatório centrado na dignidade e igualdade para todas. Em março de 2025, realizamos a roda de conversa “Marcha das Mulheres Negras e os desafios do Bem Viver”, com Juliana Gonçalves, Juliana Delfino e com a performance poética de

Ginga Sobral, momento de troca de saberes sobre o conceito do Bem Viver, apresentado por Juliana Gonçalves e a experiência de articulação política para a Marcha com Juliana Delfino. Ampliar a força política e o conhecimento teórico sobre o Bem Viver é um caminho trilhado pela Soweto até a realização da Marcha das Mulheres 2025.

Por fim, o ativismo me levou também a olhar para o envelhecimento da população negra em geral e para o envelhecimento das mulheres negras em particular. Em março de 2024, a Soweto realizou uma roda de conversa com duas cofundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), Fátima Barbosa e Lenny Blue, ambas com mais de 60 anos e que tiveram a vida atravessada pelo racismo, machismo e sexismo, mas que são exemplo da resistência, resiliência e combate à invisibilidade e o não lugar que a sociedade deseja para as mulheres negras. Novos projetos de vida e a continuidade na luta antirracista são marcos em suas vidas e um exemplo que será deixado para a geração atual e as próximas gerações de mulheres negras.



**ENTRE SILÊNCIOS E VOZES:
MEMÓRIAS DE UMA
MULHER NEGRA**

Ester Fátima Vargem

Meu nome é Ester Fátima Vargem³, filha de José Maria da Vargem e Olivia Maurício Vargem. Sou a quarta de seis irmãos. Meu pai nasceu em Cruzília, Minas Gerais, e minha mãe é paulistana, nascida e criada no bairro da Bela Vista. Quando se casaram, no fim dos anos 1940, foram morar na Vila Nova Cachoeirinha, região então pouco habitada. Foi ali que meus avós maternos se estabeleceram com suas três filhas, formando uma base familiar sólida. Crescemos todos juntos: irmãos, tios, primos, avós – uma grande família.

Meus pais nos criaram com firmeza e muitos valores, sempre prezando pelo respeito, responsabilidade e dignidade. Talvez por medo dos impactos do racismo em nossas vidas, ou para nos poupar de situações de dor e constrangimento, tendo a disciplina como um escudo. Minha mãe se orgulhava da nossa educação. Ensinava sobre a importância de agradecer, pedir licença, dizer “por favor” e “desculpa” – atitudes que não eram exigidas de outras crianças, especialmente as não negras. Ela acreditava que, sendo educados, poderíamos ser mais aceitos, menos discriminados.

Descobrimo nossas raízes

Já adultos, no início dos anos 1970, atendemos ao convite de um primo e fizemos nossa primeira visita a Cruzília, cidade onde meu pai cresceu. Lá, conhecemos tia Manoela, uma tia-avó já idosa. Visitamos também a Fazenda Favacho, onde ainda viviam familiares nossos, que se diziam colonos da fazenda. Foi quando ouvimos, pela

³ Assistente Social, especialista em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), com a pesquisa *Imigrantes Africanos no Brasil Contemporâneo: Fluxos e Refluxos da Diáspora*. Desde a juventude, participo de ações voltadas à luta antirracista, integrando o grupo da Casa de Cultura Afro-Brasileira e, posteriormente, o elenco da peça *E Agora Falamos Nós*, de Thereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira, encenada no MASP, em 1972. Atuo desde 2003 com questões ligadas à imigração africana contemporânea em instituições como a Casa das Áfricas, o Fórum África e o Instituto de Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB), contribuindo como formadora, palestrante e articuladora de coletivos de imigrantes africanos. Integrante do Grupo de Estudo das Relações Étnico-Raciais e Serviço Social (GERESS). Minha trajetória une prática social, pesquisa e militância pela afirmação da identidade negra e da dignidade dos povos diaspóricos.

primeira vez, que nossa família havia sido escravizada pela família Junqueira, dona daquela fazenda e de grande parte das terras da região. Após a abolição, muitos ex-escravizados permaneceram vivendo ali, agora como colonos. Lembro que havia um pelourinho preservado no terreiro, bem próximo à casa onde os nossos viviam. Aquela visita nos confrontou com uma parte da nossa história que nunca havia sido contada por meu pai. Para nós, deparar com aquela realidade, o que até então, imaginávamos estar distante, e de repente encontrando tão próximo ao nosso tempo, foi um choque profundo.

Anos depois, por volta dos anos 2000, participei de um projeto comunitário ligado ao curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP), com estudantes de várias áreas. Um dia, peguei carona com uma aluna de Arquitetura e, durante a conversa, mencionei que minha família havia sido escravizada na Fazenda Favacho. Contei sobre a viagem que havíamos feito, sobre a nossa descoberta e a família Junqueira. Ela, então, parou o carro, debruçou-se sobre o volante e perguntou: “Você sabe meu sobrenome?”. Eu disse que não. Em seguida, ela me contou que sua família era dona da fazenda Favacho – os mesmos Junqueira. A minha família havia sido escravizada pela família dela.

Houve um instante de silêncio. Conversamos brevemente sobre o impacto do nosso encontro. Nos emocionamos e choramos. Ela falou da casa grande, dos seus avós, o tanto que esse assunto não era falado na sua família. Eu lembrei da pequena casa onde os meus viviam, já como “colonos”. Falamos em nos encontrar de novo, mas nunca mais nos vimos. Aquele momento permanece em minha memória até hoje.

Juventude negra nos anos 70

Nos anos 1970, os jovens negros de São Paulo se reuniam no centro da cidade – Viaduto do Chá, Praça Ramos, Rua Direita – em busca de encontros, afeto, bailes e trocas. Às sextas-feiras, o centro se tornava um espaço de convívio e circulação da juventude negra de diversas periferias. Ali perto, na Rua Wenceslau Brás, funcionava a Casa de Cultura Afro-Brasileira, que promovia atividades culturais e debates. Era um espaço simples, instalado numa pequena sala de um prédio comercial, mas pulsante de vida.

A Casa oferecia palestras e encontros que buscavam ampliar nossas referências e possibilidades. Os diretores da instituição eram senhores negros mais velhos, com forte preocupação em oferecer caminhos positivos aos jovens. Apesar disso, havia pouca abertura para discussões mais aprofundadas sobre a condição racial no Brasil, muito em função do momento político que atravessávamos.

Lembro com clareza de uma palestra sobre “Cibernética” – um tema complexo, distante da nossa realidade, proferida por um professor idoso, branco, com uma fala imponente, porém, muito distante do que poderia ser interessante para discussão naquele ambiente. Para nós, jovens negros e periféricos, a palavra “cibernética” virou quase uma piada, pois não conseguimos assimilar aquele conteúdo. Mas houve também encontros que nos marcaram de verdade.

Um deles foi com Thereza Santos – mulher negra, intensa, firme, de voz rouca e sotaque carioca. Ela chegou trazendo outro tipo de energia: chegou convocando para a ação, propunha questionar o racismo, pensar nosso lugar na sociedade. Apresentou uma proposta de uma peça de teatro, cujo texto foi escrito por ela e por Eduardo de Oliveira e Oliveira. Nos convidou para uma reunião em sua casa para conhecer o texto da peça de teatro. Ela falou que se não conseguíssemos um teatro para encenar a peça, que apresentáramos em Praça pública. Aquilo nos tocou profundamente. Mesmo contra a

vontade dos diretores da Casa, a maioria de nós seguiu a Thereza. Queríamos mais do que nos era permitido: queríamos pensar, criar, transformar. A conjuntura política daquele momento provocou um grande susto aos diretores da Casa de Cultura Afro-Brasileira, culminando numa grande debandada dos jovens atraídos pela proposta desafiadora.

O envolvimento com o grupo de teatro foi tão significativo, pois nos dedicamos de forma muito comprometida pela proposta da peça, que através da escolha do grupo foi denominada “E Agora Falamos Nós”. Cada membro do grupo deu sua contribuição na construção das necessidades burocráticas e administrativas para que uma produção deste nível pudesse acontecer. Importante dizer que na ocasião estávamos sem vínculo institucional e tivemos que fundar uma organização para oficializar a documentação do teatro. Desta forma foi fundado o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN).

Hoje, ao olhar para minha trajetória, vejo o quanto cada encontro, cada gesto e cada silêncio contribuíram para a construção da minha identidade como mulher negra. A experiência na Casa de Cultura Afro-Brasileira e, principalmente, o convite de Thereza Santos para integrar o elenco da peça “E Agora Falamos Nós” foi um divisor de águas nas nossas vidas. Aquilo despertou em mim o desejo profundo de compreender, questionar e transformar as estruturas raciais do nosso país.

Mais tarde, ao me dedicar ao estudo e pesquisa sobre a imigração africana contemporânea, encontrei um novo campo de atuação e reafirmação da minha negritude – seja por meio de pesquisas, palestras ou no diálogo direto com coletivos de imigrantes. Acredito que nossa luta é contínua, mas cheia de sementes. Desejo que as mulheres negras do futuro encontrem mais portas abertas, mais ouvidos atentos, e mais espaços de fala e poder. Que possamos seguir escrevendo nossas histórias com dignidade, visibilidade e afeto — *e agora, seguimos falando de nós.*



**MULHERES E HOMENS
NEGROS ALERTAM:
SOWETO É AQUI**

Matilde Ribeiro⁴

⁴ Doutora em Serviço Social e escritora. Doutora Honoris Causa, em 2021, pela Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC). Professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no curso de Pedagogia em Redenção-Ceará, vinculado ao Instituto de Humanidades, e, coordena o Grupo AMANDLA – estudo, pesquisa e extensão sobre políticas públicas de raça/etnia, gênero, desenvolvimento e territorialidade. Foi Ministra da Igualdade Racial no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) e Secretária Adjunta da Secretaria de Igualdade Racial no Governo Fernando Haddad em São Paulo (2013-2014).

Este artigo foi elaborado com prazer e saudosismo, pois retoma os principais fazeres de minha vida profissional e política, e, é óbvio que a pessoalidade vem junto. Ao pensar o assento na luta antirracismo a partir da inserção na Soweto Organização Negra, puxei um cumprido fio da história, isto é “tudo ao mesmo tempo agora”. Busquei uma forma de escrita próxima ao que Conceição Evaristo define como *escrevivência*, que são abordagens de nossas histórias a partir de nosso caminhar: “surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade”⁵.

O artigo está dividido em quatro partes – O início do novelo chamado vida; Trilhas da inserção política; Conectando ativismo político, estudos e gestão pública; e É vida que segue. Dedico essa escrita à Majô (Maria José Pereira), pessoa que partiu cedo para o além, e que em vida foi muito forte e decidida. Sou feliz por termos vivenciado juntas várias invencionices!

O início do novelo chamado vida

Fui chegando aos pouquinhos e tornando-me militante do Movimento Negro e da organização de Mulheres Negras. Ao lembrar esses processos me vi motivada a olhar pelo retrovisor da história, e brevemente destacar alguns fatos, até os dias de hoje.

Nasci no dia 29 de julho de 1960, num sítio chamado Troncão, em Flórida Paulista, na região norte do Estado de São Paulo. Esse nascimento foi um começo importante, pois fui acolhida pela energia de minha avó – Maria do Carmo, que era parteira. Meus pais foram trabalhadores rurais, e, dois anos após meu nascimento mudamos para Adamantina (próximo à Flórida Paulista), onde iniciei os estudos

⁵ Artigo “Escrevivência, um movimento necessário”. Em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/05/4924912>. Acesso em: 4 jul. 2021.

básicos e meus pais inseriram-se em novos trabalhos. Quando eu tinha de oito para nove anos, mudamos para Osasco (na Região Metropolitana de São Paulo, próximo da capital), onde morei até os 23 anos, e na chegada, meus pais passaram a trabalhar na área de serviços: ele vigia noturno e ela empregada doméstica.

A infância seguiu relativamente protegida, pelo convívio afetuoso da grande família (pais, avó, tias, tios e muitas/os primas/os), combinando com vida simples. Durante a infância e pré-adolescência, não sabia nada sobre violências, desencantos, ditaduras, guerras... de certa maneira, vivia em uma “ilha da fantasia” nas periferias das cidades.

Porém, com o passar do tempo, fui “caindo na real” e descobrindo que, de maneira geral, nascer negra/o em uma sociedade classista, racista, machista e misógina, como é o caso do Brasil, é um risco. E, muitas situações vivenciadas podem ser denominadas de *apartheid à brasileira*⁶, assemelhando-se ao massacre de Soweto (na África do Sul).

Jovens negros morrem nas quebradas e mulheres negras sofrem feminicídio, sem que os culpados sejam punidos. Maria Aparecida S. Bento (2018) explicita a gravidade do genocídio e do feminicídio de mulheres negras, advertindo que não há “[...] como negar o fato de que as desigualdades raciais continuam persistentes e impactando fortemente as condições de vida de negras e negros brasileiras/os” (Bento, 2018: 118).

Ainda, a população negra que soma aproximadamente 56% dos brasileiros, é compulsoriamente submetida a um *lugar comum* – a pobreza, o analfabetismo, a desqualificação profissional, o desprestígio, como nos alertaram Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg no livro – Lugar de Negro (2022). Estas profundas situações

⁶ O *apartheid* foi vivido de maneira oficial, e, em toda a sua dimensão, na África do Sul, como um regime de segregação racial, instituído entre 1948 e 1994, forjado pelas elites brancas que controlavam politicamente o país e se sustentavam pelo mito da superioridade racial europeia.

desumanas, perpetuadas desde a escravidão, somam-se ao fato de que a abolição em 1888, não significou a inclusão para as ex-escravos, resultando na perpetuação da desigualdade e exclusão.

Diante dessas e de tantas outras situações, como forma de contestação à naturalização e à banalização do racismo, machismo e situações correlatas, é que atuam as instituições que compõem o Movimento Negro e Organizações de Mulheres Negras no Brasil e no mundo.

Como continuidade, a luta histórica por igualdade e direitos, deu-se a criação da "Soweto Organização Negra", no ano de 1991 em São Paulo. Exerci nos dois anos iniciais, o papel de vice-presidente. A inserção na Soweto tornou institucional e continuado o que já vinha desenvolvendo por meio de parcerias mais pontuais. Permaneci como integrante da Soweto até 1993, e essa vivência contribuiu para que a militância se intensificasse, e, posterior a essa fase, a minha inserção política foi sendo moldada conforme o "andar de tantas carruagens", fixando-se no campo da luta antirracismo e feminista.

Trilhas da inserção política

Demorei a compreender que a militância política, teve início em minha vida nos idos 1975, quando me tornei frequentadora de "bailes blacks". Essa forma de inserção correspondeu à busca de lazer e vivências culturais coletivas e gratuitas⁷, resultando na conexão com jovens negros que peregrinavam nos finais de semana, muitas vezes a pé (pela falta de dinheiro ou de transporte coletivo), entre um baile e outro na cidade de Osasco e adjacências. A partir dessa forma de

⁷ Os embalos eram ritmos pulsantes: soul, reggae, samba rock, samba de raiz, tendo como personalidades: Jackson Five (com destaque para Michael Jackson), Stevie Wonder, Diana Ross, Lady Zu, Jorge Bem Jor, Tim Maia, Alcione, entre outros. O final de semana era esperado com ansiedade, nos preparávamos ensaiando os passos de dança e também "dando um tapa no visual" – os cabelos eram *black power* ou alisado à chapinha, roupas ousadas e coloridas, a separação dos discos (também chamados de bolacha).

coletivização, aquela galera jovem, negra e periférica, ia conquistando novos territórios e ampliando a vivência cultural, e, também, de conhecimento geográfico. Por meio da dança, dos diálogos e das trocas de informações sobre o mundo musical e cultural, ia sendo reforçada a identidade negra.

Concomitante a essa vivência cultural (que também era política), no início dos anos 1980, surgiram novos ares e buscas. Com a entrada no ensino superior no curso de Serviço Social, tendo sido o primeiro ano nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), e, do segundo ano em diante na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), uma nova bagagem de conhecimento entrou em cena. Os bailes foram ficando cada vez mais distantes até deixarem de existir em minha vida, pois começou a faltar tempo para aquela prática cultural coletiva na periferia. Os motivos foram basicamente os fatos de: morar longe do trabalho e da universidade; trabalhar o dia todo (muitas vezes inclusive aos sábados); e, estudar à noite.

A partir da inserção universitária, aos poucos outras formas de participação social foram se concretizando, resultando no caminho do ativismo político – nas entidades representativas do Serviço Social, no Partido dos Trabalhadores (PT)⁸, e, no Movimento Negro e Feminista. Na época, no contexto político nacional, o foco era a luta contra a Ditadura Militar; a intensificação da atuação dos movimentos por direitos sociais e melhores condições de trabalho; e, também as mobilizações pelas Diretas Já. Conjuntamente com isso, mas com dificuldades de reconhecimento pelos partidos, sindicatos, universidades entre outras instituições eram desenvolvidas as lutas contra a discriminação racial/étnica e de gênero, e, a organização

⁸ A entrada para o PT, em 1984, quatro anos após a sua criação, foi estimulada por professoras/es e amigas/os da PUC, primeiramente me inseri no Grupo de Assistentes Sociais Petistas. Na sequência, minha atuação no PT se definiu junto aos Setoriais de Negros e de Mulheres; participei e participo mais diretamente da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) e, de maneira mais pontual, da Secretaria Nacional de Mulheres (SNM).

pelos direitos e cidadania das mulheres, das mulheres negras e da população negra e indígena.

Fui me posicionando pela busca de conhecimento sobre coisas do mundo político, cultural e acadêmico, e, com a bagagem de informações que passei a receber – “a vida virou de ponta cabeça”. E, eu procurava me encontrar diante dessa nova maneira de ser e estar no mundo. No entanto, minha inserção continuada na militância política nos movimentos sociais se deu após o término da graduação, pois sabia o quanto custava cada mensalidade que saía do meu salário.

Ao completar 28 anos, já tendo vivenciado há praticamente quatro anos o exercício profissional como Assistente Social na Prefeitura de Osasco, passei a investir mais na participação social e política. Assim, a vida deu uma guinada, a partir do desligamento do trabalho em Osasco, passei a atuar na zona leste de São Paulo, primeiro no trabalho como diretora de creche no Jardim São Nicolau (1986-1987) e depois na Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 1987-1995, na região de São Miguel Paulista. Já no período de 1997 a 2001, atuei como assessora dos Direitos da Mulher na Prefeitura de Santo André. A partir dessa atuação mais localizada nas periferias de São Paulo e cidades vizinhas, não demorou muito para que a militância e a prática profissional ampliasse para os âmbitos nacional e internacional.

Nessa época, a partir da inserção profissional na SOF e no Instituto Nacional do Câncer (Inca) (1995-1997), somada ao desenvolvimento no mestrado na área de Psicologia Social (1996-1999), e, à integração política na Soweto, fui me conduzindo para a participação no Movimento Feminista em reuniões sistemáticas e em diversos Encontros Feministas Nacionais e Latino-Americanos-Caribenhos. E, da mesma forma junto ao Movimento Negro e às Mulheres Negras, o primeiro passo foi, em 1988, a participação no planejamento e na realização das atividades contestatórias ao caráter

festivo que o Governo Federal (à época José Sarney era o Presidente da República) queria dar aos 100 anos da Abolição da Escravidão no Brasil. As mobilizações levaram ao fortalecimento da denúncia de que a abolição aconteceu, mas não criou medidas de inclusão das/os ex-escravos, e, que já era mais do que tempo de vigorar a justiça e a cidadania para a população negra. Esse processo possibilitou maior visibilidade para as demandas históricas voltadas à população negra.

Na junção entre raça e gênero, foram marcantes as atividades, em âmbito nacional: em 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em Valença/RJ; em 1991, o I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), em São Paulo; em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares – pela Vida e pela Cidadania (em Brasília). Mais recentemente, participei de algumas atividades organizativas da Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-Viver, realizada em Brasília, em 2015. Também, integrei-me às atividades internacionais, como em 1992, com a participação no Encontro Latino-Americano-Caribenho de Mulheres Negras, na República Dominicana, quando foi criada a Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da Diáspora (RMAAD), e definido o 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Afro-Latino-Americana e Afro-Caribenha, impulsionando a criação de redes e processos organizativos nos diversos países da região.

Num primeiro momento, a participação nessas jornadas nacionais e internacionais teve um caráter mais de observação e, com o passar do tempo, foram adensando-se e levando a assumir ações de maior complexidade e responsabilidade. Assim, foram sendo aproximados e articulados os conhecimentos e experiências pessoais, profissionais, acadêmicas e políticas. Na vida objetiva e subjetiva, fica espelhada a interseccionalidade entre as questões de raça, gênero e classe social, e o ativismo se constituiu nitidamente no Movimento Negro, no Movimento Feminista e no PT, nesses espaços destacando-se a presença das mulheres negras. A grande motivação que recebi a

partir desse mix tem sido a valorização da luta coletiva por direitos e democracia, visando à reestruturação da sociedade brasileira a partir das perspectivas antirracistas, antissexistas, feministas e não homofóbicas.

Conectando militância política, estudos e gestão pública

O ativismo político, como mencionado no item anterior, tomou forma misturado à vida profissional e aos estudos. Os estudos pós-graduados tiveram o objetivo de proporcionar reflexão e sistematização da prática profissional e política, os mergulhos foram dados com a realização na PUC-SP do mestrado (Dimensões de Gênero e Raça no Orçamento Participativo no Município de Santo André – 1997-1999) e do doutorado (A institucionalização das Políticas de Igualdade Racial no Brasil – 1996-2010), e, das especializações sobre Relações de Gênero e Gerenciamento Ambiental. Foram realizadas pesquisas qualitativas, abordando conhecimentos teóricos e empíricos, combinando com experiências do ativismo político, como educadora em organizações não governamentais, gestora pública e docente de nível superior. Em 2023, preparo-me para ingressar no pós-doutorado, pesquisando Relações Brasil-África por meio da cooperação na área de educação, com os países africanos de língua portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A vida profissional nos últimos 20 anos foi impulsionada pelo fato de ter sido responsabilizada, em 2002, a coordenar a redação do Programa Brasil sem Racismo (o programa específico para a questão racial na campanha do candidato à Presidência da República – Luiz Inácio Lula da Silva) e depois do Relatório de Transição de Governo⁹ sobre a questão racial, o que permitiu a mim e aos demais

⁹ Atividade em que representantes dos presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso desenvolveram a tarefa de sistematizar avaliações sobre o estado da arte das políticas públicas.

integrantes dessas tarefas a ressignificação e ampliação de visões sobre os caminhos e possibilidades de construção das políticas públicas. No meu caso, essas ações abriram o canal para que o Presidente Lula fizesse a escolha para que eu assumisse o papel de ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cargo que ocupei entre 2003 e 2008. Os aprendizados como gestora pública federal foram imensos e intensos, não apenas para mim, mas para as pessoas e as instituições envolvidas nesse processo.

Lembro-me que diante das novidades quando assumi o papel de ministra, recebi logo de cara dois conselhos/profecias de duas figuras ilustres. O primeiro foi do presidente Lula, que no seu discurso na solenidade de minha posse afirmou: “Peça licença aos seus colegas ministros para entrar em suas salas apenas por educação, pois você é tão ministra quanto eles”. O segundo foi de Abdias do Nascimento¹⁰, a primeira pessoa que procurei imediatamente após a posse, para conversar sobre o futuro da ação na SEPPIR. Na oportunidade, ele me disse: “Menina, saiba que não se faz omeletes sem quebrar os ovos”. Os dois conselhos/profecias fizeram muito sentido em minha trajetória como ministra, durante seis anos, pois todo o processo foi permeado por muitos desafios e de necessidades de criar estratégias de sobrevivência no emaranhado das políticas públicas, com um tema e demandas que não fizeram parte do “cardápio” ao longo da história.

A agenda de trabalho, nesse período, foi extremamente diversificada, sendo que a prioridade foi a instalação da SEPPIR, tendo como tarefas mais intensas a estruturação da política de quilombos, a construção da transversalidade junto aos demais órgãos de governo e o relacionamento com os movimentos sociais, em especial, o Movimento Negro e as organizações das mulheres negras.

¹⁰ Abdias foi o primeiro gestor de igualdade racial em âmbito Estadual, quando assumiu uma secretaria responsável pelas políticas de igualdade racial no Rio de Janeiro, no início dos anos 1990, no governo Leonel Brizola.

A entrada e a saída do governo representaram um divisor de águas em minha vida, o que marcou na entrada foi a amplitude e a responsabilidade política da tarefa de gestão pública. Na saída, em 2 de fevereiro de 2008, a partir de um pedido de demissão¹¹, foi acobertado um acordo com a Presidência da República, de desligamento pacífico do governo¹², uma vez que a mídia me triturou diante do que denominou como o escândalo da “Farra do Cartão Corporativo”. Os ataques foram extremamente destrutivos, diante de uma situação em que eu, literalmente, não devia nada a ninguém. No momento da saída, recebi palavras confortantes e votos de confiança por parte do presidente Lula, o que me encorajou a continuar na vida política. Passei a acreditar que não há outra forma de viver dignamente e de se estabelecer na vida pública, senão a partir dos desvios das “cascas de banana” que são postas pelos caminhos políticos. A forma de se refazer política e pessoalmente dá-se por meio do reconhecimento das contradições e erros (mesmo quando não são feitos de propósito), mas, acima de tudo, da valorização dos acertos individuais e coletivos.

Ressaltando o caminho percorrido no campo dos estudos, a princípio não tinha a intenção de seguir a carreira acadêmica, mas

¹¹ A demissão se deu em função da acusação por parte dos setores midiáticos de realização de gastos abusivos no cartão corporativo, usurpando os cofres públicos, quando na realidade os valores foram utilizados apenas para despesas de viagens, locomoção, hospedagem e alimentação fora de Brasília. O erro residiu no fato de não ter feito licitação para o uso desses serviços (por falta de orientação) e não em sua realização. Também, o fato de ter usado o cartão corporativo no *free shopping* no aeroporto, gastando R\$ 460,00, foi potencializado como uma ação intencional. É óbvio que a compra com este cartão foi feita por engano, e o valor foi devolvido aos cofres públicos, não cabe em minha trajetória nada que denote usurpação, desonestidade ou mau-caratismo no trato da coisa pública.

¹² Não há como não registrar o sentimento de injustiça e de abandono político com a forma como se deu a saída do governo federal, mas, em nome da aposta e do respeito pela continuidade da política de igualdade racial, aceitei o acordo. Depois disso, a vida seguiu com muitas dificuldades, causadas especialmente por um desemprego de cinco anos, mas sobrevivi. Nesse período do desemprego, o que me salvou foram alguns convites de companheiras/os para a realização de consultorias pontuais em algumas instituições e as economias que havia feito durante anos de trabalho para impulsionar a compra de um apartamento. O trabalho efetivo aconteceu apenas em 2013, quando assumi o cargo de secretária adjunta na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, na Prefeitura de São Paulo, a convite do Secretário Netinho de Paula (à época do Partido Comunista do Brasil –PCdoB).

tudo mudou e ultimamente o exercício profissional tem sido a docência no ensino superior. Hoje moro em Fortaleza e sou professora concursada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no curso de Pedagogia (em Redenção/CE), com foco nos conteúdos sobre política educacional, educação étnico-racial e quilombola, relações Brasil e África, e a coordenação do Amandla: grupo de estudo, pesquisa e extensão sobre políticas públicas de raça/etnia, gênero, desenvolvimento e territorialidade.

É vida que segue

Ficou notório que desde meados dos anos 1970, vivencio e atuo sobre as questões culturais, sociopolíticas e econômicas por meio de múltiplas atividades: como assistente social, ativista política, educadora popular, gestora pública, pesquisadora, professora universitária e mais recentemente como escritora e poeta.

Como dito no início do texto, a entrada na vida política, junto ao PT, Movimento Negro e Movimento Feminista, foi se fazendo aos pouquinhos, até tomarem dimensões em grandes proporções de ocupação em minha vida. O desenvolvimento de ações políticas, sobretudo no campo da luta antirracista e feminista é árduo, causando muitas vezes incertezas e cansaços, mas não tenho dúvida que na soma total, permanece a alegria de dever cumprido.

Os dois anos como integrante da Soweto, e posteriormente a continuidade como parceira nesses mais de trinta anos dessa instituição, são motivações para o esperar, e, ainda para a manutenção de amizades e sonhos, mesmo tendo que enfrentar ao longo dos tempos, conflitos e dificuldades.

Tudo isso faz fortalecer a crença de que na vida "ou você luta, ou está morto", como bem nos ensinou Steve Biko, a partir da luta contra o apartheid na África do Sul!

Referências

GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. 1. ed. Rio de Janeiro: ZAAR, 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa de Campanha*. Programa Brasil sem Racismo, 2002.

RIBEIRO, Matilde. Uma experiência de descolonização do saber universitário (entrevista concedida a Pedro Jaime). In: LIMA, Manolita Correia et al. (Orgs.) *Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas*. 1. ed. Blumenau: Edifurb, 2021.

RIBEIRO, Matilde. O protagonismo do movimento negro e das organizações de mulheres negras na construção de políticas de igualdade racial. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore & PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. *Movimentos sociais e serviço social: uma agenda permanente de pesquisa*. São Paulo: EDUC, 2022. (Série Serviço Social).



**A LUTA FERRENHA CONTRA
O RACISMO E A
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Marilândia Frazão

Sou negra mulher, filha de Marília Ferreira Frazão, mulher trabalhadora de serviços diversos que nos preparou para enfrentar a vida, onde quem manda são os racistas brancos. Meu pai, Adail Augusto Frazão, trabalhador ferroviário, sindicalista e politizado, era membro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do Rio Grande do Sul. Sou mãe de duas filhas, avó de dois netos e uma bisneta e filha de Iansã e Xangô.

Professora, pedagoga, psicopedagoga, especialista em educação para as relações étnico-raciais, pós-graduada em "História da África: cultura, política e trabalho". Ativista do movimento negro, de mulheres e da educação plural para todos e todas.

Porto Alegre (RS) foi a fonte onde eu bebi conhecimento, as lutas negras, e participava em clubes negros. Marcílio Dias e Floresta Aurora me iluminaram para entrar nas lutas e fazer parte do movimento negro, com grande referência a Oliveira Silveira, onde começamos a discutir a data de 20 de novembro e a importância social e política dos Quilombos dos Palmares para todas as negras e todos os negros comprometidos no combate ao racismo.

Quantas e quantos resistiram às desigualdades e às discriminações, lutando por uma sociedade justa e igualitária, capaz de assegurar justiça, solidariedade e igualdade com respeito à diversidade. Muitas mulheres e homens nem foram registrados, outros tampouco reconhecidos, muitos passaram pela história no movimento, sem perder seus ideais compartilhando memórias, bagagens culturais, forças vitais de justiça social.

A luta do negro no Brasil, hoje, é uma questão política e social que está na ordem do dia. Não podemos ignorá-la porque não se construirá de fato a cidadania que queremos sem levar em conta esse imenso contingente de mulheres e homens negros, que com seu trabalho fazem este país.

A democracia não chegou na periferia, racismo não é assunto que só diz respeito às pessoas negras. Precisamos falar sobre isso,

para que não haja mais a naturalização desses dados. Não é vitimismo é a realidade.

Acrescentar a visão de que a resistência negra ao regime escravagista deve ser considerada como o primeiro movimento social de massas na história do país. É inegável que os africanos e seus descendentes, assim como os indígenas, são pioneiros na luta pela liberdade e por melhores condições de vida. Assim, desde a resistência à escravidão até os anos 1970, as manifestações iniciais em contraposição ao mito da democracia racial. E, mais recentemente, a elaboração de propostas de políticas públicas de combate ao racismo deve ser assimilada como elemento ainda mental para a qualidade de vida e formação política da nação brasileira. Todas essas ações devem se valer pelo respeito às diferenças e ao convívio com as diversidades e à lembrança de que negras e negros jamais ficaram passivos diante dos diversos tipos de violência a que foram submetidos.

Com isso, contribuímos para fortalecer a organização política, reforçar e defender nossos princípios e a consolidação de um diálogo permanente com os movimentos sociais.

Abordar a questão racial não reduz nem torna menor nossa prática pedagógica.

A escola e a sala de aula são espaços sociais de construção de cidadania e suas implicações. Por isso, a defesa da Escola Pública gratuita, universal, laica e de qualidade, comprometida com o processo de construção, visa garantir a igualdade social em favor de uma sociedade mais justa e plural, onde as desigualdades de todos os diferentes sejam iguais. Entendo que essa luta contra a discriminação racial não é um problema só dos negros, portanto, o combate ao racismo é um desafio de todas e todos nós educadores e trabalhadores em educação; "Acreditamos que o professor possa vir a

ser um agente desmistificador das ideologias que a escola veicula”¹³ (Silva, 2019: 51).

A educação é um dos principais instrumentos de reprodução ideológica racista por sua atuação sistemática permanente e configurada em um currículo eurocêntrico.

A escola é um espaço de relações sociais onde podemos pensar um “novo saber fazer”, a luta de uma política de ação cultural, pedagógica e curricular; essa luta pode legitimar e dar peso político à escola que queremos construir e que atenda às aspirações de uma sociedade multirracial, multicultural, consciente e plural, só assim trabalhará a democratização das relações raciais e a defesa da cidadania plena no âmbito escolar.

O que não podemos é consentir esse silêncio que abate nossas escolas, tornando a questão racial invisível e apaziguada, não incorporada no cotidiano escolar.

A escola não é lugar de racismo, portanto, temos que reverter esta situação, fortalecendo a luta de combate ao racismo. Vamos derrotar o imaginário coletivo criado pelo colonizador/capitalista/opressor. É de nossa responsabilidade, enquanto norteadores do processo e formadores de opinião, trabalharmos essa invisibilidade, resgatando dentro da escola o patrimônio cultural negro e sua visibilidade na sociedade, quebrando as bases estruturais do racismo e colocando as crianças negras e os jovens negros no pensamento brasileiro.

É preciso que observemos o que transmitimos e o que deixamos de transmitir, se faz necessário denunciar atitudes e práticas racistas no interior da escola, só assim estaremos impulsionando as entidades e os governos para a criação de informações necessárias sobre “africanidades”, de formação e orientação sobre os aspectos das relações raciais assim, poderemos trabalhar sem distorções e garantindo o desenvolvimento da

¹³ SILVA, A. C. *Discriminação do Negro no Livro Didático*. 3. ed. Salvador: EdUFBA, 2019.

autoimagem, da autoestima, do respeito e da identidade de nossas crianças e jovens negros, sem arrancar-lhes seu patrimônio cultural negro ou negá-los o direito de “ser negro”. Podemos criar mecanismos e estratégias para desnaturalizar as desigualdades sociais e naturalizar as igualdades sociais, a visibilidade do outro é um direito de ter direito, não basta igualdade de direito às crianças e aos jovens negros, tem que ser sujeito do seu próprio projeto político e de cidadania plena, e cabe a nós educadores e trabalhadores em educação fazer a nossa parte e garantir isso. Caso contrário, reproduziremos o racismo, perverso de uma sociedade singular, injusta e excludente, sabemos que a prática do racismo não ocorre só no espaço da escola, mas, podemos contribuir na construção da democratização das relações raciais, tanto na escola, quanto em qualquer outro espaço da sociedade.

O cidadão social busca na educação a garantia da sua identidade e a sua manutenção cultural. No campo individual, almeja a (re)construção de sua capacidade humana e de seu desenvolvimento intelectual e afetivo, buscando no cotidiano escolar, uma ação interdisciplinar que incorpore a diversidade humana e cultural, os diferentes saberes, sempre em uma perspectiva de se relacionar com o outro, ou seja, com base no respeito e na valorização das contribuições científicas de cada povo.

Nas ações integradas propostas pelos movimentos sociais, em conjunto com os diferentes setores, a transversalidade não aparece ao acaso, mas sim pelas exigências e demandas dos movimentos sociais (negros, mulheres, indígenas e outros). Propostas que contemplem a diversidade humana e cultural podem ajudar a quebrar o padrão monolítico e eurocêntrico da educação brasileira.

Discutir currículos, hoje, significa pensar um novo fazer pedagógico, que transcenda o espaço da escola, onde o modo de pensar e de agir seja modificado, onde se estabeleçam relações democratizantes entre os diferentes saberes e fazeres e dos

diferentes setores populacionais que compõem o país, que não estão contemplados nos currículos escolares.

Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 e o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana garantem, no âmbito dos diversos sistemas de ensino, a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, desde a educação infantil até o ensino superior. Vai no mesmo sentido, a Lei nº 11.645/2008, no que concerne ao estudo dos diferentes povos indígenas nas escolas de educação básica, superior, pública e privada, corrigindo as discrepâncias e desigualdades educacionais, visando a ampliação da oferta de educação básica e superior intercultural, multirracial e multicultural.

Ações propositivas sobre questões do negro na educação, democratização dos conteúdos, onde se trabalhe uma pedagogia que valorize as diferenças étnicas e de gênero, criando condições para novas relações entre diferentes grupos, estruturados segundo princípios: pluriétnicos e multiculturais que possam ser trabalhados de forma interdisciplinar pelos trabalhadores em educação.

A política de formação permanente para os (as) educadores (as) e comunidade, para sensibilizar e orientar os profissionais da educação sobre a importância de um trabalho consciente com as relações raciais e ao mesmo tempo contribui na formação plena do alunado, fundamentalmente para seu desenvolvimento humano. A importância de ressignificar o papel da escola como espaço de inclusão e de emancipação social.

Realizações na área de políticas públicas

- Governo municipal da cidade de São Paulo, gestão 2001-2004, assessora técnica na implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

- Governo municipal da cidade de São Paulo, gestão 2013-2016, assessora técnica na implantação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Meta 58 do governo.
- Implantação da bibliografia afro-brasileira na rede municipal de ensino.
- Formação de professoras e professores da rede municipal de ensino de São Paulo, a partir da bibliografia afro-brasileira.
- Projeto Novembro Negro nas escolas municipais de São Paulo.
- Projeto audiovisual Narciso Rap, nas escolas municipais de São Paulo.
- Projeto audiovisual Um brinde à Igualdade, nas escolas municipais de São Paulo.
- I Seminário Negro e Educação, rede de ensino municipal de São Paulo.
- II Seminário Negro e Educação, rede de ensino municipal de São Paulo.
- Projeto Gráfico: Luiz Gama Cidadão.
- Projeto Escola de Rap – Hip Hop nas escolas municipais de São Paulo.
- Projeto Samba da Benção – Escola Aberta na rede municipal de São Paulo.
- Encontro de escritores africanos com a rede municipal de ensino de São Paulo, em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).
- Políticas Públicas no município de Osasco de 2005 a 2012.
- Ano Nacional pela Igualdade Racial – Organização das Nações Unidas (ONU).
- Encontro Educacional. Lei Federal 10.639/2003: História e Cultura Afro brasileira e Africana.
- Portaria nº 44/2005: dispõe sobre o Projeto Novembro Negro na rede municipal de ensino/temáticos.

- Encontros Indígenas de Osasco: seminários, exposições, artesanatos e danças.
- Formação inicial e continuada de professoras e professores da rede municipal de ensino sobre as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008.
- Formação inicial e continuada do corpo técnico da rede municipal de ensino.
- Implantação do Centro de Referência da Diversidade Étnico-Cultural Luiza Mahin.
- Bibliografia afro-brasileira e indígena para a rede municipal de ensino.
- Exposição fotográfica – Quilombos, Tradições, Cultura da Resistência.
- Exposição permanente – Mulheres e Homens negros: história, luta e resistência (13 ícones da luta contra o racismo).

Implementação de políticas públicas no município de São Paulo 2012-2016)

- Criação do Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) para institucionalização das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Meta 58.
- Plano de ação estratégico para execução da Meta 58 (meta de governo).
- Novembro Negro: ações culturais e pedagógicas nas escolas e nos Centros Educacionais Unificados (CEUs).
- Agosto Indígena: ações culturais e pedagógicas nas escolas e nos CEUs.
- Dezembro Imigrante: ações culturais e pedagógicas nas escolas e nos CEUs;
- Conferências bianuais de educação para as relações étnico-raciais.
- Jornada de Educação para as relações étnico-raciais.

- Impressão e distribuição da obra História Geral da África, em dois volumes, para toda a rede de ensino, casas de cultura, bibliotecas municipais, centros culturais e bibliotecas comunitárias.
- Revistas em quadrinhos sobre a história dos quilombos para atender ao projeto "Africanizando os espaços da cidade por uma infância sem racismo", em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e com o Programa São Paulo Carinhosa.
- Elaboração e impressão do livro paradidático para o alunado da rede "O que você sabe sobre África".
- Leituraço: leitura simultânea com alunos da rede municipal de São Paulo (livros afro-brasileiros, indígenas e imigrantes).
- Curso "Política de Promoção da Igualdade Racial e a Década Internacional do Afrodescendente", pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Escola do Parlamento/Câmara Municipal de São Paulo.
- Curso "Relações Brasil/África: resgate histórico, atualidades e perspectiva" (público: gestores municipais).
- Curso de atualização para professoras e professores da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos, para as relações étnico-raciais.
- Formação inicial e continuada (2003-2016) para atender as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, através da contratação de professoras e professores, mestres e doutores, por meio de edital público. Com essa formação, a Meta 58 foi atingida em 137%.

Prêmios de reconhecimento por trabalhos realizados

- Coautora do Coletivo Antirracista da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).
- Coautora do Fórum São Paulo sem Racismo.

- Membro do primeiro Coletivo de Combate ao Racismo da Central Única dos Trabalhadores SP, como representante da APEOESP.
- Coautora e presidenta do Fórum de Educação, Diversidade Étnico-Racial-SP, nas gestões 2012-2014 e 2014-2016.
- Realizações como gestora pública.
- Medalha Forças da Raça/Fórum de Mulheres Negras.
- Medalha Theodosina Ribeiro.

Prêmios de reconhecimento por serviços realizados na promoção da igualdade racial

- Assembleia Legislativa/SP: SOS Racismo – Fórum de Mulheres Negras São Paulo (2013).
- Prêmio União na Diversidade – Toque de União das Nações – INTERCAB/SP.
- Assembleia Legislativa/SP: Racismo 3 – Prêmio OLASE (2019).
- Assembleia Legislativa/SP: Medalha Theodosina Ribeiro.
- Placa Honra ao Mérito Luiz Gama (2019).
- Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra/SP – Prêmio Ruth de Souza (2019).
- Prêmio Rainha Nzinga (2022), em Minas Gerais.
- Prêmio Rainha Zacimba Gaba – Consulado de Angola, Rio de Janeiro.
- Placa Prata/Câmara Municipal São Paulo: pela luta em prol de políticas afirmativas.
- Placa Prata/Sessão Solene Cidadão Paulistano Luiz Gama: pela luta em prol da Igualdade Racial (2019).
- Troféu União na Diversidade – INTERCAB Instituto Nacional.

Folders, fotos e cartazes de projetos desenvolvidos em Osasco e em São Paulo

Leituraço: leitura simultânea com alunos da rede municipal de São Paulo (livros afro-brasileiros, indígenas e imigrantes)



Políticas Públicas no município de Osasco/SP



Implantação da bibliografia afro-brasileira na rede municipal de ensino de São Paulo.





UMA VIDA DE LUTA E LEGADO: A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA NA BUSCA POR IGUALDADE

Sandra Maria Mariano da Silva¹⁴

¹⁴ Nascida no Rio de Janeiro, capital. Citotecnologista, técnica especializada em prevenção de câncer ginecológico e de mama, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Seção São Paulo, Brasil. Presidenta do Diretório Zonal de Vila Mariana/Partido dos Trabalhadores (PT)-SP. Membro do Coletivo da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo/PT-SP. Coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras do PT-Nacional. Atualmente, membro da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT-SP, na função de dirigente, e como presidenta do Diretório Zonal da Vila Mariana do PT-SP, capital. Foto: Atividade "Lula Livre", Curitiba/PR.

Marcos e Danny Glover (ator), Encontro dos Movimentos Sociais, São Paulo/SP



Encontro dos Movimentos Sociais em Montevideo/Uruguai



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Encontro da CONEN, primeiro mandato



Professora doutora Dulce Pereira e Angela Davis, Encontro em Goiânia/GO



Sou uma mulher negra, feminista, de 73 anos de idade. Mudei-me para São Paulo em 1971 para construir o serviço de Citologia Oncótica na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde ministrei aulas para diversos profissionais médicos e fui coautora de algumas pesquisas na área da saúde, em projetos dirigidos pelo meu chefe do setor do Ambulatório de Citologia, o Dr. Caetano Giordano. Participei de vários congressos na área de Citopatologia e obtive um título internacional, em um evento realizado no estado de São Paulo, através de concurso pela Academia Internacional de Citopatologia.

Constituí família, tenho três filhos (dois homens e uma mulher), hoje, adultos e formados, e uma linda netinha de quatro anos de idade.

Meu pai, homem negro nordestino de Alagoas, de formação técnica em eletricidade pelo Serviço Social da Indústria (SESI), foi sindicalista pelo Sindicato dos Químicos no Rio de Janeiro, militante de esquerda, que faleceu aos 99 anos de idade (2024).

Minha mãe, mulher negra nascida em Niterói/RJ, de formação técnica, funcionária dos Correios no estado do Rio de Janeiro, deixou o trabalho para se dedicar à educação de dois filhos. Meu irmão, carioca, é jornalista e técnico em Segurança de Trabalho, aposentado, pai de três filhos, e hoje, mora no interior de São Paulo. Minha mãe nos deixou há 39 anos.

É importante lembrar dois momentos marcantes do período da Ditadura Militar, de 1964.

Acompanhei meu pai em algumas reuniões do Sindicato dos Químicos do Rio de Janeiro. Em um desses dias, o carro dele enguiçou e chegamos atrasados à sede do sindicato, encontrando-a completamente destruída. Houve uma invasão militar e por pouco não fomos presos. Eu tinha entre 14 e 15 anos na época.

Já em 1972, morando em São Paulo, eu e três amigos cariocas saímos à noite e conhecemos alguns rapazes. Para nosso azar, fomos à casa de um deles, que logo descobrimos ser filho de Erasmo Dias. Como resultado, recebemos a "visita" (arrombaram a porta) de militares em nosso apartamento, que revistaram tudo. Por um tempo, pessoas em um carro nos vigiaram... e, no fim, "Ainda estou aqui".

Aposentada há 19 anos pela Secretaria Estadual de Saúde/SP, fui sindicalista na direção do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SINDSAÚDE-SP), membro da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT-BR), em São Paulo, e fui membro do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde no governo da presidenta Dilma Rouseff (2014-2015).

Participei do governo da prefeita Marta Suplicy, na Área Temática de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde (2001-2004), onde participei da construção da primeira Conferência Municipal de Saúde da População Negra, e do Projeto de Educação em Saúde, do Programa de Doença Falciforme, ambos pela Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo. Exerci a função de Secretária Municipal de Combate ao Racismo, do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, e fui membra das Secretarias de Combate ao Racismo do PT – Municipal, Estadual e Nacional.

Dedico minha vida, efetivamente, primeiro para a minha família, e segundo como militante dos movimentos sociais de mulheres, de combate ao racismo e de saúde.

Participei de vários congressos e atividades no Brasil e exterior, sempre relacionadas ao movimento sindical, partidário e movimentos sociais.

Na atual conjuntura, depois de termos um retrocesso de implementações das políticas públicas, de um governo negacionista, que negou a ciência na pandemia da Covid-19, e simplesmente interrompeu todos os projetos sociais voltados para a população pobre, preta e periférica, construídos nos governos Lula/Dilma, hoje, mais do que nunca, compreendo que só na luta avançamos e vejo essa realidade com o retorno do Presidente Lula ao governo.

O Brasil ainda não avançou no sentido de diminuir as desigualdades, pois as mulheres negras ainda estão na base da pirâmide social, que tem a sua frente as mulheres brancas; os homens negros e os homens brancos no topo desta pirâmide.

É certo que avançamos quando lutamos e conseguimos a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da trabalhadora doméstica que em sua maioria são mulheres negras, dando a essas trabalhadoras, o mínimo dos direitos trabalhistas.

Assim como, também tivemos grandes conquistas com a Lei Maria da Penha, que tem como foco acabar com todas as formas de violência que as mulheres sofrem dentro do ambiente doméstico e familiar.

Ainda temos muito o que avançar no âmbito dos feminicídios, violência obstétrica, abusos que as mulheres sofrem no transporte público, no ambiente de trabalho, escolas, e outros ambientes.

Se formos verificar nas estatísticas, a mulher negra e trans negras, são as que mais sofrem com essas formas de violência, e por lei, essas violências são consideradas crimes inafiançáveis.

Junta-se a essas desigualdades o racismo estrutural, ambiental, religioso, as pessoas trans. Racismo é crime e não podemos tolerar.

No estado de São Paulo, vemos na Prefeitura como no Governo Estadual uma política de insegurança, com a violência policial, através da Polícia Militar que visa a juventude negra e periférica, com um aumento de mortes de jovens e crianças. Desconsideração com os problemas climáticos com enchentes, quedas de árvores centenárias, e um transtorno nos transportes públicos.

Toda essa situação só terá mudanças, quando toda a sociedade entender a necessidade de acabar com as desigualdades sociais.

Espero que, em um futuro próximo, possamos testemunhar avanços significativos para as mulheres, especialmente as negras, em todas as esferas da sociedade brasileira.

Almejo um país onde a violência contra a mulher negra seja erradicada, com o fortalecimento da Lei Maria da Penha e a criação de políticas públicas eficazes de prevenção e combate à violência doméstica; com a implementação de medidas rigorosas para punir os autores de feminicídios e outros crimes de gênero e com o fim da violência policial contra a juventude negra.

Desejo que a igualdade racial e de gênero seja uma realidade, com a garantia de acesso igualitário à educação, saúde, emprego e moradia; com a promoção da representatividade das mulheres negras em cargos de poder e decisão, assim como igualdade salarial.

Luto diariamente para que o racismo estrutural seja desmantelado, com a implementação de políticas de ação afirmativa e combate ao racismo em todas as áreas da sociedade; com a promoção da educação antirracista nas escolas e na mídia e com o reconhecimento e valorização da cultura e da história afro-brasileira.

Espero que a saúde da mulher negra seja prioridade, com a garantia de acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo a saúde reprodutiva e o combate à mortalidade materna, com a

implementação de políticas de saúde que levem em consideração as especificidades da população negra.

Por fim, que a justiça social seja alcançada, com a garantia de direitos iguais para todos, com o fim da discriminação e do preconceito e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, fazendo valer o direito constitucional de toda a população.

Acredito que, com luta e união, podemos construir um futuro melhor para as mulheres negras e para toda a sociedade brasileira.



**SÔNIA LEITE...
AFETO E CORAGEM**

Magali Mendes

Ser convidada pela Soweto-Organização Negra para escrever sobre Sônia Leite, não é apenas uma honra é acima de tudo uma enorme responsabilidade, pois trata-se de visibilizar para nossa juventude a militância de uma mulher que viveu para a coletividade.

Sônia Leite foi uma mulher importante para a luta das mulheres negras por tudo que ela representou e representa na formação política da organização de mulheres negras populares do Estado de São Paulo. Uma militante inteligente, sensível, assertiva e que não abria mão de princípios norteadores da sua vida, gênero, raça e classe. Sônia Leite, uma mulher negra, filha de Xangô, autodeclarada de esquerda, feminista, anticapitalista. E mais, ela dialogava com os homens e mulheres, negros e não negros, do Partido dos Trabalhadores, da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), feministas negras e não negras, assim como de setores progressistas.

Uma articuladora que estimulava as mulheres populares a pensar, valorizar e priorizar as estratégias para a luta coletiva. Ela era bastante acessível e sempre estava à disposição.

Com ela, tínhamos a compreensão do avanço e limite da luta: era o capitalismo dizendo não e ela dizendo sim, continuemos juntas e firmes na luta por um mundo “justo” e “igualitário”.

Conheci Sônia Leite no final da década de 1990. No momento político, em que cresciam os financiamentos capitalistas para ações sociais e parecia que a luta popular e coletiva perdia importância, e só valorizavam o individualismo. Nós, as mulheres negras periféricas, desconhecíamos a fase do capitalismo – neoliberal.

A situação socioeconômica das mulheres negras populares, consideradas a “base da pirâmide social” era cada vez mais difícil. A pobreza só aumentava. Sônia Leite nos explicava tudo.

Reafirmar a coletividade feminina e negra

Lembro-me de Sônia dizendo:

- Não tenham ilusão, o capitalismo jamais reconhecerá ou “incluirá” as mulheres negras na sociedade, pois é um sistema de exploração dos nossos corpos e de nossas vidas.
- A solução? Ela dizia...
- Era se organizar na perspectiva transformadora e revolucionária, e, afirmar o ser feminino e a negritude para mudar a situação da pobreza.

Amadurecemos a ideia e assim surgiu a Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras. Uma articulação para mulheres negras do interior, da capital e do litoral do Estado de São Paulo. Uma organização de troca e proposições entre mulheres negras com muitas afinidades e alinhadas no princípio do saber popular, religioso, acadêmico e militante. Se havia concordância com o princípio, havia respeito à coletividade.

Na Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras cabiam as mulheres letradas, aquelas com pouco ou nenhum letramento, cabiam as trabalhadoras, as desempregadas, as jovens e mais velhas etc.

Sônia Leite nos estimulava, mediava conflitos, facilitava a vida em comunidade. Estava sempre sorrindo, demonstrando que era possível divergir e nos manter unidas na medida em que o inimigo não erámos nós. Passamos juntas algum tempo. Foi um momento de muito aprendizado e crescimento político. Ela ajudou a nos valorizar como seres humanas, ativas e protagonistas.

O currículo de Sônia Leite era respeitável; conhecia o partido político, na medida em que foi assessora parlamentar, gestora de políticas raciais na prefeitura de São Paulo, sob gestão de Luiza Erundina, e, na gestão de Marta Suplicy, o que era uma indicação do seu trâmite e conhecimento na esfera da esquerda branca.

Outra experiência importante para as mulheres negras do Estado de São Paulo foi quando propôs organizar e participar do Prêmio “Palmas para nossas guerreiras”.

O prêmio teve três edições e demonstrava o protagonismo negro, feminino e coletivo. O objetivo era reconhecer a importância das mulheres negras comuns, as letradas, as das comunidades religiosas e organizações presentes nas lutas por direitos onde atuavam, porém, eram invisibilizadas pelo sistema e muitas vezes nos próprios movimentos sociais.

O prêmio “Palmas para nossas Guerreiras” surgiu num momento onde não era prática “femenagear” mulheres negras populares, e apenas as mulheres negras de “sucesso” no mundo capitalista dos brancos.

Convidamos as trabalhadoras domésticas, as religiosas (Mames, Yalorixás), as escritoras populares, as mulheres dos partidos políticos, as trabalhadoras rurais e da cidade. Elas, no prêmio, reconheceram e foram reconhecidas por outras mulheres.

Nas três edições do prêmio foram aclamadas pelo público em geral. E era nítida a alegria das mulheres “femenageadas”. Segundo alguns depoimentos, estavam felizes por ser a primeira vez que recebiam um prêmio, o reconhecimento das mulheres iguais e da sua contribuição para a comunidade.

Para nós, as organizadoras do prêmio, a proposta de Sônia Leite foi emocionante e pedagógica, pois fortaleceu a ideia de negociar apoio com outras organizações, convidar e conhecer histórias de outras mulheres e compreender o impacto das suas ações na vida de outras mulheres.

O segundo momento significativo foi, no ano 2011, também por proposta de Sônia Leite, organizamos junto a Soweto, um projeto para formação política de mulheres negras no estado de São Paulo. Projeto negociado através de uma emenda parlamentar com a então Deputada Federal Janete Pietá de Guarulhos (PT-SP).

Foi um momento de protagonismo pois, até então, não tínhamos conhecimento de uma formação política específica para mulheres negras. Era uma grande novidade. Desconhecíamos essa possibilidade embora ela fosse necessária.

Realizamos o curso em três módulos e para cem mulheres do estado de São Paulo. Utilizamos as ferramentas feministas: rodas de conversa para atividades em grupo, reflexão, na área do trabalho, da cultura e da saúde. Convidamosicineiras negras e, dessa forma conseguimos contribuir na formação política de mulheres negras dos quatro cantos do estado. Foi um momento de acolhimento e parceria entre nós e ficou marcado em nossas vidas. A imagem mais linda que tenho de Sônia foi a roda que formou conosco e iniciou cantando: "Essa ciranda quem me deu foi Lia, que mora na ilha de Itamaracá".

Tempo é N'kisi e nos dará respostas e forças para continuar em luta¹⁵

A partida precoce de uma liderança como Sônia Leite, em 21 de setembro de 2012, nos faz refletir sobre a falta de importância e de cuidados com a vida de mulheres negras no Brasil. É muito significativo quando uma liderança deixa de existir fisicamente vitimada por uma doença classificada como feminina, o câncer de mama. Penso que poderia ter sido diagnosticada e tratada a tempo.

Indagamos por que doenças que já não são tão avassaladoras para as mulheres, em geral, ainda são para as mulheres negras?

Acredito que é chegada a hora de pautar com mais profundidade sobre as diferenças do impacto do racismo e do sexismo em nossas vidas e na vida das mulheres. O racismo e o sexismo nos adoecem e nos mata física e psicologicamente. O olhar das mulheres negras para a vida e para a morte na visão do

¹⁵ N'kisi – Divindades Bantu que regem as forças da natureza. Kitembo ou Tempo é o N'kisi responsável pela cronologia da vida.

capitalismo legitima o sistema de saúde privado. Há que se romper com a lógica perversa de nos matar e gritarmos juntas: **Nos queremos Vivas!**

O legado de Egbomi Sônia Leite¹⁶

Egbomi Sônia era assim que a chamávamos por se tratar de uma mulher iniciada no Candomblé de Ketu, pela querida e respeitada Yálorixá Ana de Ogum¹⁷. À Egbomi Sônia, eu pedia a benção e conselhos. E, como boas candomblecistas dávamos muitas risadas juntas.

Sônia Leite, hoje, é uma ancestral, uma mulher que podemos ter como referência para nossas lutas, uma mulher que pensou saídas para que todas as mulheres negras brasileiras tivessem as informações e a coragem necessárias para transformar a realidade.

Uma mulher que sabia que ser negra no Brasil é ser atravessada por diversos problemas e questões que a sociedade impõe. Então, as escolarizadas ou não, as assalariadas ou não, devem estar juntas para enfrentar o cotidiano problemático.

Com Sonia Leite, aprendemos que nada se resolverá separadamente e nem individualmente.

Dentre 52% da população feminina brasileira, somos 40% e que se somam a este índice outros: a realidade dos nossos filhos, filhas e filhas, irmãs e irmãos, companheiros, companheiras e parentes. Somos a maioria com vulnerabilidade social.

¹⁶ Egbomi- Título dado às iniciadas no Candomblé de Ketu, que já deram sua obrigação de sete anos, mas que necessariamente não estão autorizadas a abrir Casa.

¹⁷ Yálorixá Ana de Ogun, conhecida como Mãe Ana de Ogun, considerada uma das mais antigas Yálorixás do estado de São Paulo. Zeladora do Ilê Axé Oju Onirê, situado no Parque Jacarandá, Taboão da Serra/SP. É filha de Santo da Mãe Simplicia de Ogun, da Casa de Oxumare-BA.

Treze anos após a partida de Sônia Leite, a ferida ainda está aberta e gostaríamos de concluir perguntando se algo mudou ou melhorou?

Infelizmente, não é possível uma resposta positiva. O que nos resta dizer é que temos “esperança” e, interromperemos nossa luta quando todas as mulheres negras e pobres tiverem moradia digna para si e para os seus, quando o Estado parar de matar e aprisionar os nossos, quando o fascismo for estancado e quando a democracia não se traduzir apenas em voto, mas em acesso e participação.

ASÉ e LUTA!

Magali Mendes

Feminista Negra e Popular.

Militante do FECONEZU/Festival Comunitário Negro Zumbi.

Membra Fundadora da Associação de Promotoras Legais Populares *CIDA da TERRA* de Campinas e Região.



**QUEM SOU EU
E DE ONDE VIM...**

Maria do Carmo Sales Monteiro

Sou Maria do Carmo Sales Monteiro, nascida em São Paulo, meus avós de pai e de mãe vieram de Sergipe. Eu soube que houve um entrevero entre os homens da família Monteiro e então se separaram, um deles foi para São Paulo e o outro foi para o Rio de Janeiro. Voltaram a fazer as pazes quando meu pai, o primogênito de um dos irmãos, foi estudar na Aeronáutica no Rio de Janeiro. Foi assim que meus pais se conheceram. Meu pai João Sales Monteiro, nascido em São Paulo, minha mãe Edith Sales Monteiro, nascida no Rio de Janeiro, após se casarem vieram morar em São Paulo. Eu também sou a primogênita, portanto curiosa e “perguntadeira” e lembro quando descobri o que era ser de “cor”. Foi quando o “homem” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi em casa, e meu pai explicou que éramos negros e por causa da pele mais clara éramos pardos. Esse momento tão curto foi o começo singelo de uma razão de ser para ser quem sou! Mas nosso assunto agora é outro...

Eu nasci em 5 de fevereiro de 1957. Sempre me interessei pelas ciências biológicas, escolhi a enfermagem desde jovem, quando resolvi fazer um curso de atendente de enfermagem. A professora era uma mulher negra muito bonita e chique, desse momento em diante desejei ser igual a ela. Interessante perceber que me vi representada nela, nessa época eu não tinha uma visão tão profunda sobre a negritude, apesar de ser de uma família negra com todas as cores e nuances. Esse foi um momento decisivo que definiu meu caminho profissional.

Formei-me na Faculdade de Enfermagem da Universidade de São Paulo, na minha turma tinham mais duas mulheres negras. A minha experiência mais importante nesse período foi entrar para o Centro Acadêmico, foi a partir dessa experiência que a militância teve sentido para mim, porém faltava alguma coisa... encontrei essa “coisa” quando uma amiga me levou para conhecer o Grupo Negro da

Pontifícia Universidade Católica – PUC (futuramente Soweto Organização Negra). Essa vivência política após a ditadura foi fundamental para orientar meu caminho de realização na vida.

Foi nessa época que conheci as/os companheiras/os de luta, estávamos amadurecendo nossa percepção da militância no Movimento Negro, mas não fazíamos ideia do profundo significado daqueles tempos de 1978 e que estávamos vivendo uma profunda transformação da sociedade.

Escrever esse texto me traz muitas lembranças, mas de forma solitária. Gostaria de levantar a poeira desse passado junto com as/os que viveram aqueles tempos, para que todas/os juntos pudéssemos materializar nossa narrativa. Nesses tempos de hoje urge resgatar essas vivências, somente assim poderemos fazer uma análise de conjuntura mais profunda que possa contribuir com as mudanças dos novos tempos.

Fiz parte da Soweto, gestão 1991-1992, como Secretária Geral. Nessa época, estávamos renovando nossos votos de militantes e queríamos reformular e renovar nosso grupo. Passamos meses fazendo discussões teóricas com o objetivo de consolidar nossos princípios e diretrizes. Essa fase foi fundamental para o fortalecimento do grupo.

Preciso destacar que nesse período eu estava trabalhando na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e foi nessa época que implantamos o quesito cor na saúde. Levei essa discussão para a Soweto, esse foi um tempo que trouxe muitas mudanças a nível nacional no que diz respeito à política de saúde da população negra. Estar na Soweto com os militantes, fazer parte dessa história foi a principal contribuição que pude dar. Ainda assim não fazíamos ideia de que 20 anos depois ainda estaríamos na mesma luta e as lições aprendidas naquela época ainda são fundamentais nesses tempos em que vivemos tantos retrocessos.

Acredito que estar na militância nesse período em que compus a gestão da Soweto foi mais importante para mim do que para o movimento. Destaco que minha principal contribuição está na área da saúde. Estar na Soweto possibilitou a experiência necessária para ter condições de participar da construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2009. Outro legado importante foi o desenvolvimento de metodologias educativas sobre a questão racial na área da saúde, ainda hoje, São Paulo é uma referência nessa área.



UMA MULHER SOWETIANA

Izolina Rosa

¹⁸ Lina, no Fórum Social Mundial, em Dakar, Senegal. Foto de Cristiane Valesan, cedida para acervo de Lina Rosa.

Sou Izolina Rosa, Izo, ou, Lina para maioria que me conhece. Faço parte de uma comunidade de destino, ou seja: faço parte de uma numerosa comunidade que compõe a “Diáspora Africana” pelo mundo afora. No nosso caso, a comunidade negra brasileira aqui chegada sem eira nem beira, mas de navios. Os navios negreiros, sinônimos de curral, de chiqueiro humano.

Sou parte também de outra Diáspora, a Rural. Mulher negra, brasileira, camponesa, caipira por natureza. Nasci em 1946, quando a humanidade vivenciava o pós-segunda guerra, e o Brasil no pós-batuta de Vargas, com Eurico Gaspar Dutra. Nasci na cidade de Turiúba, outra antiga Vila São Vicente, onde passei os melhores anos dos 79 que tenho agora.

Em São Paulo, há 55 anos, com a família tangida pela falta de emprego e de escola pra todos. Também iludida com o sonho urbano de vida melhor, mais digna. Aqui, na Sampa de Caetano e com “as visões se clareando”, como diria Vandr e na canção “Disparada”, tão bem interpretada por Jair Rodrigues, um negro e tanto.

Prepare o seu cora o
Pras coisas que eu vou contar
Eu venho l  do sertão
Eu venho l  do sertão
Eu venho l  do sertão
E posso não lhe agradar
Aprendi a dizer não
Ver a morte sem chorar
E a morte, o destino, tudo
E a morte, o destino, tudo
Estava fora do lugar
E eu vivo pra consertar
Na boiada já fui boi, mas um dia me montei
Não por um motivo meu
Ou de quem comigo houvesse
Que qualquer querer tivesse
Porém por necessidade
Do dono de uma boiada
Cujo vaqueiro morreu
Boiadeiro muito tempo
Laço firme, braço forte
Muito gado e muita gente
Pela vida segurei
Seguia como num sonho
Que boiadeiro, era um rei
Mas o mundo foi rodando

Nas patas do meu cavalo
E nos sonhos que fui sonhando
As visões se clareando
As visões se clareando
Até que um dia acordei
[...] Então não pude seguir
Valente lugar-tenente
De dono de gado e gente
Porque gado a gente marca
Tange, ferra, engorda e mata
Mas com gente é diferente
Se você não concordar
Não posso me desculpar
Não canto pra enganar
Vou pegar minha viola
Vou deixar você de lado
Vou cantar noutra lugar

Foi aqui nesta grande metrópole que descobri e construí o sentido de estar no mundo de encantos e prantos em todos os cantos. O canto de morar e o de cantar. Foi aqui, então, que as visões foram se clareando, a observação sobre a vida se acentuando, as interrogações se multiplicando. Parti em busca de respostas aos meus porquês. O porquê das diferenças. O porquê dos tratamentos de diferenciados.

Para encurtar esta história, que é longa, certo dia perguntei a um amigo, da militância latino-americana, se no seu país de origem todos eram tratados do mesmo jeito, com os mesmos direitos? Respondeu que não e me fez um longo discurso sobre a luta de classes, acrescentando que havia algo pior ainda, a luta de classes e de raças conjugadas. Foi a primeira vez que alguém me explicou estes termos. Sugeriu-me um montão de livros para ler, dentre eles o “Veias Abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano. Disse-me também que muitas coisas das quais eu me queixava e/ou não entendia tinham a ver com a minha cor, minha raça, minhas origens negra e caipira. Ele disse ainda: “há questões que não dá para gente resolver sozinho. Procure alguém que pensa mais ou menos como você pra conversar. Junte-se ao Movimento Negro”.

Eu jamais havia tomado conhecimento daquele movimento citado. Noutra dia, este mesmo amigo me apresentou um militante

negro José Adão, que me convidou para uma reunião de negros. Fui lá, me interessei pelo assunto! Foi assim o meu primeiro contato com o hoje chamado Movimento Negro Unificado (MNU).

Cheguei à Soweto via MNU, mais precisamente por intermédio do José Adão, o Adãozinho. Um dos meus padrinhos de militância no que tange à questão racial e nessa “tamo juntos”, há décadas.

Foi a partir da minha meio esporádica militância neste movimento que conheci a Soweto Organização Negra, um coletivo resultante do Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (GNPUC-SP), formado por universitários de diferentes áreas: história, contabilidade, assistência social e outras. O grupo se destacava como ativistas políticos sociais muito antenados e apoiados por docentes representativos, a exemplo de Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez etc. (*in memoriam*).

Majô, presente!

A minha irmã querida, a Majô – Maria José Pereira dos Santos (*in memoriam*) – fazia parte daquele expoente grupo universitário, que viria a ser a nova entidade Soweto Organização Negra, entidade associada ao MNU e à Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), defendendo com eles as bandeiras antirracistas, todas as causas relativas aos Direitos Humanos, sem exceção.

Todavia, a Soweto, da qual Majô foi também uma das cofundadoras, tinha uma missão ou objetivos peculiares, tais como descreve em seu site¹⁹:

A Soweto tem como missão oferecer aos associados, assim como à sociedade, meios organizativos e a reflexão que levem e/ou suscitem a consciência negra. Também faz parte deste anseio, disponibilizar práticas de combate ao racismo, à discriminação e todas as inúmeras formas de desrespeito aos direitos humanos, tais como: o machismo, a homofobia, misoginia, a pobreza, a fome, a violência e todas as demais

¹⁹ Em: <https://soweto.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2025

formas de exclusão e intolerância. Ainda dentro deste propósito, a Organização busca facilitar o acesso às atividades e serviços de assessoria, capacitação, informação, pesquisa, articulação política e mobilização para o combate ao racismo, sobretudo, o estrutural.

A trajetória de Majô, assistente social, com graduação e mestrado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mostra sua atuação marcante e incansável dentro desta Organização, a qual ela escolheu para desenvolver sua militância e concentrar suas lutas. Ocupou diferentes cargos nas gestões sowetianas, no período de 1991 a 2013, até que uma doença maldita a tirou da nossa convivência diária, em 23 de fevereiro de 2013, mas sua memória será perene para nós todos. A mim também o privilégio de ser sua irmã.



Da esquerda para direita: Majô, Lina e Priscila, tias e sobrinha, todas sowetianas, na cerimônia de entrega do Prêmio "Palmas para Nossas Guerreiras", 2011. Majô foi uma das premiadas²⁰.

²⁰ Em: <https://www.cut.org.br/noticias/acontece-em-sao-paulo-no-dia-7-de-dezembro-o-iii-premio-palmas-para-as-nossas-gu-c4be>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Majô teve grandes objetivos na vida, em âmbito pessoal, social e político. Todavia, a Soweto sempre estava entre suas prioridades. Sua marca como militante era: seriedade alegre e divertida, sagacidade, generosidade, amorosidade. **Majô Vive! Majô Presente!**

Na Soweto, cheguei por volta de 2002, porém, foi a partir da morte da Majô, em 2013, na ilusão de preencher sua falta no grupo, que nesta altura dos acontecimentos já formava minha segunda família, uma irmandade seleta. Assim, comecei minha atuação e militância mais assídua.

Das atividades das quais participei na Soweto, destaco algumas que considero bem relevantes, exemplos: fiz parte da primeira etapa de organização de materiais que se tornaria mais tarde parte do Acervo Memória e Identidade Afro-brasileira, memória digital, graças a uma parceria/convênio da Soweto com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP)²¹.

Na época, os desbravadores do material em estado bruto foram: Gevanilda Santos, cofundadora da Soweto; Romildo José dos Santos, hoje, responsável pelos acervos da Organização; e eu. Saudades destes tempos. Muita poeira, muitos ácaros e brincadeiras. Valeu!

Destaco também dentre as atividades nas quais atuei a nossa recepção e a nossa relação amistosa e comprometida com refugiados da África e Haiti. Dentro desses grupos, a amizade com advogada Hortense Mbuyi e o professor Omana Ngandu (*in memoriam*), ambos congolezes.

Foi também muito importante ter participado de atividades da Soweto nas edições do Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará e Salvador, assim como em edições na África, Nairóbi (Quênia) e Dakar (Senegal).

²¹ Em: <https://ael.ifch.unicamp.br/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

Outra participação muito gratificante foi fazer parte da Comissão Editorial do livro **Movimento Negro Unificado Resistência nas Ruas**, uma parceria da Soweto com a Fundação Perseu Abramo (FPA) e SESC-SP.

Outro evento também para recordar foi o lançamento do livro **Asas da Liberdade**, autoria de companheiros de Casa Soweto: Paulo Rafael, Romildo Ibeji e Stiãosj.

O **Dia da Mulher** não passa em branco na Soweto. Com múltiplas parcerias: Casa da Lua, Instituto Paulo Freire, Movimento de Mulheres, Canal Direto de Cuba, dentre outros/as.

Ainda falando de ações relevantes, considero importante ter atuado como pesquisadora e organizadora de originais do livro **32 Anos de luta por uma São Paulo Sem Racismo**, com vários autores. Esta publicação foi possível graças a uma emenda parlamentar oriunda do gabinete da vereadora Luana Alves (PSOL-SP) e gestada pela Secretaria Municipal da Cultura.

Dentro desta Organização já fiz de tudo um pouco: comunicadora, revisora, copeira, faxineira, vice-presidenta, oficinaira, panfleteira etc.

Falando um pouco da pessoa Lina Rosa (Izolina)

Sou graduada em Comunicação Social, jornalismo, pela Universidade Metodista e com especialização pela Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP). Hoje sou aposentada, mas continuo como Educadora Social, prestando serviços a organizações do Terceiro Setor.

Minhas Origens

Meus antepassados, desagregados de suas famílias, nações, seus grupos, suas tribos, seus reinados. Aqui jamais tratados como animais de estimação, e, sim de produção. O cruel processo de escravização sequer permitiu a percepção, a constatação de nossa origem histórica real, não há muitos documentos que indiquem origens das pessoas escravizadas. Ajudou-nos sim a esquecer quem somos. De onde viemos, a cor da pele nos denuncia: da **África**. Mas qual parte da África? Fica a pergunta.

Meus antepassados mais próximos: avós paternos, nascidos em Lapa de Bom Jesus, Bahia. Meu pai, Tertuliano Franco, também veio daí, chegou menino no interior paulista, região de São José do Rio Preto. Meu pai e meus avós tinham lembranças confusas de suas origens, diziam apenas que os seus bisavós vieram de muito longe, onde todas as pessoas eram pretas e falavam línguas diversas, que gostavam de andar, cultivar, dançar e cantar. Sabiam, entretanto, que os que vieram antes aprenderam lavrar a terra com os seus senhores e a eles ensinaram outras formas de lavrar, além de técnicas de plantio e cultivo. Tornaram-se lavradores. Profissão de pai para filho.

Da minha ancestralidade materna sei muito pouco. Minha mãe, Maria Rosa, nascida na cidade de Caitité, também no estado Bahia, veio para o estado de São Paulo, para a mesma região do meu pai, onde se conhecerem, se casaram e tiveram nove dos dez filhos. Eu, a terceira da prole. Minha mãe, ainda muito criança, foi adotada pela família Trindade, cujos filhos com o passar do tempo foram dando algumas pistas sobre as origens da irmã de coração, caçula e muito amada por todos. Contavam eles que o meu avô materno era um negro, filho de um português com uma descendente de escravizados. Minha avó seria filha de uma indígena que foi roubada ou levada por ciganos e que quando adulta retornou ao seu vilarejo natal. O meu

avô, supostamente negro, pois a filha (minha mãe) era negra não retinta, com cabelos moles.

Resumindo: as sagas das famílias negras no Brasil são recheadas de histórias de espanto e encanto, muitas vezes de prantos.

Lina Rosa
linarosanegra@gmail.com
Educadora social na ativa
Jornalista aposentada



**47 ANOS DE LUTA
CONTRA O RACISMO**

Lenny Blue de Oliveira

²² Lenny Blue de Oliveira, 71, mãe e avó, advogada ativista racial e feminista, escritora, mestranda em Sociologia na Universidade Federal do ABC (UFABC), cofundadora do Movimento Negro Unificado SP, membra do Conselho dos Griots do MNU-SP, membra do Instituto Advocacia Negra Brasileira (IANB), marchante da Marcha das Mulheres Negras São Paulo, Pesquisadora Interseccional no campo do Feminismo Negro e Envelhecimento Feminino. Professora de Tai Chi Pai Lin (afro chi). Lançou seu primeiro livro “Idosidades – Crônicas para Inspirar Tâmaras”, pela Editora Matrioska, na Bienal do Livro 2024, em São Paulo. Lattes: 1024524746672460.

Ser ancestral e habitar temporalidades múltiplas, como ser flutuante em superfície de simultaneidades é ser tempo na temporalidade (Santos, 2019: 127).

Sou iluminada. Quarta filha de mãe Maria, costureira, empregada doméstica e cozinheira de mão cheia, alegre, doce e cheia de amor e de pai Juviliano, intrépido sagitariano, homem de fé, com mente iluminada e ideias religiosas rígidas; era motorista, sapateiro, e quando aposentou foi ser vendedor de amendoins no tempo em que o Largo da Batata, em São Paulo, era um enorme terminal dos ônibus que saíam para os longínquos bairros da zona sul.

Aos 12 anos, após repetir pela segunda vez a antiga série do ginásial (matemática... meu trauma), Pai Juviliano precisou de meus serviços revezando no trabalho em uma banca de jornais, o que garantia nosso sustento familiar. Após me embrenhar na lida da resiliência, só retornei aos bancos escolares anos depois, prestes a adentrar na “envelhescência”. Com certeza, o sábio Juviliano deve estar bem feliz no Orun: me formei em Direito e hoje faço mestrado em Sociologia em uma Universidade Federal. Burlei as estatísticas, inclusive em relação ao idadismo.

No interregno... conheci o Movimento Negro Unificado (MNU) através do conhecimento com Hamilton Bernardes Cardoso²³, militante fundador do MNU e importante quadro na luta contra o

²³ Hamilton Bernardes Cardoso, jornalista (Versus Diário Popular e SBT), foi fundador do Movimento Negro Unificado (MNU), consultor de Comunicações da OAB-SP e Geledés, cofundador da revista Lua Nova Cedec, criador da revista Ébano. Organizou com o dançarino Ismael Ivo, a passeata antirracista do silêncio na Universidade Federal da Bahia durante a 33ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Salvador, em 1981. Participou como coautor, do livro Movimentos Sociais na Transição Democrática, Editora Cortez, organizado por Emir Sader.

racismo. E não mais que de repente, era ali meu lugar. Antes mesmo do ato de 7 de julho, dia do lançamento do MNU, panfletei com Hamilton e outros militantes, no famoso “miolo”, convocando para o grande ato de 7 de julho²⁴.

Peço licença poética para repetir os versos do Mestre Poeta Griot Oswaldo Faustino, que bem descreve meu sentimento quando recebi homenagem por ocasião dos 45 anos do MNU:

A pele que habito me identifica a quilômetros de distância,
me antecede qual seja a chegada... a pele que visto me
alerta tanto para os mais doces amores quanto os inimigos
mais ferozes; a pele que me veste traz muitíssimos outros
sinais não detectáveis pela razão, mas fundamentalmente
sensíveis secularmente!²⁵

O MNU é a pele que eu habito! Fazer parte dos quadros na militância e direção do MNU me selou como marca na testa e na vida, que identifica e delinea meu eterno engajamento na luta pela libertação do povo negro, em qualquer instância, em qualquer cidade, em qualquer país, parafraseando uma canção do Mestre Lumumba, ora Ancestral.

Sim, eu estava lá, nas escadarias do Teatro Municipal em 7 de julho de 1978, onde as sementes de um novo tempo na luta contra o racismo foram lançadas. Também estava lá, nos idos dos anos 80, no 2º Congresso Feminista da Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo, onde embalada e fortalecida pelas discussões com “a mais velha” Lélia Gonzalez, na denúncia de que “a autonomia das mulheres brancas, passava pela exploração do trabalho doméstico de corpos negros” (acrescento hoje que a maioria das mulheres

²⁴ O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU), nasceu nas escadarias do Teatro Municipal em julho de 1978 para desmascarar o racismo velado da sociedade nacional. Foi também um marco na resistência contra a ditadura militar, protagonista de intervenções certas na elaboração da Constituinte de 1998, e definindo o dia 20 de novembro como marco de luta contra o racismo: “Dia Nacional da Consciência Negra”.

²⁵ Oswaldo Faustino, jornalista, escritor, ator e ativista negro. Conselheiro do Museu Afro Brasil, repórter/editor/subeditor na empresa Agência Folha/Estadão/Diário Popular/Visão. Trabalhou como colaborador na empresa Revista Raça Brasil, Obá de Xangô.

resgatadas em cativeiro eram e ainda são de idosas negras) tive o privilégio histórico de invadir literalmente o plenário, questionando a sistemática ausência de mulheres negras nas mesas e pautas das discussões (Schumaker, 2007: 363).

Foi um momento de impasse e mal-estar, pois não era justificável aquela ausência. Os movimentos feministas não tinham o recorte racial, tínhamos diferentes demandas, inexistia o entendimento de que o racismo e o machismo caminham na mesma esteira de opressão. O MNU-SP, através do Grupo de Mulheres Negras, inaugurou naquele ato um novo momento valorativo de nossas ações políticas junto ao Movimento Feminista. Dou graças ao resultado e dele me orgulho...! Incontestável a liderança das Mulheres Negras como agentes fundamentais na reconstrução do país em todos os segmentos. Também estive no 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1989, em Valença/RJ; no VIII Encontro Nacional Feminista em Petrópolis/RJ, em 1986, marcos da evolução histórica do “mulherio negro” ... assim nos chamava Lélia Gonzalez.

No MNU, tive o privilégio de participar em todas as instâncias, com heroicos irmãos e irmãs, em discussões e reflexões que embasaram o desenvolvimento da consciência negra e da autodeterminação de nosso povo. E grata sou ao MNU que semeou na minha alma o amor pelo Direito, projeto pessoal que concluí com orgulho, honra e humildade, dedicando meu trabalho na defesa dos direitos arduamente conquistados pela classe social a que pertence a maioria do povo negro! Ainda falta muito – somos muitos quando juntos! Desconstruir o racismo estrutural dá trabalho!

O tempo passa. Fui moça. Hoje no inverno da vida, ando inquieta ante a percepção dos sutis, porém naturalizados percalços do envelhecimento. O espelho me traz um olhar atônito ante a crueldade do apagamento da velhice. Sou velha, invisível, sem desejos e vontade, e frequentemente ouço dizer que sou descartável. Nesse quadro, decidi focar minha militância no idadismo,

denunciando as consequências nefastas e cruéis do racismo na velhice negra.

E sigo, me espelho no determinismo de Lélia Gonzalez, no ato político de atirar mulheres negras em todos os segmentos, movimentos sociais e populares para contestar o apagamento da velhice, potencializado pelo racismo que embasa as desigualdades. “O racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira [...] e sua articulação com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra” (Gonzalez, 2020:76).

Seus conceitos e suas palavras embasam minha insubordinação em ser tão somente corpo descartável, e me guiam na missão de interseccionalizar a violência do racismo, sexismo e idadismo que subalternizam as mulheres negras desde sempre. Servem como alerta em relação às hodiernas formas de apagamento e silenciamento cruel, que dizima vidas das mulheres negras idosas. Suas admoestações me guiam no pleito incansável para efetivar as demandas da idosidade²⁶ nas pautas das lutas.

Nesse diapasão (adoro essa palavra), tive a oportunidade de ser vice-presidente da Comissão da Memória e Verdade da escravidão negra, gestão 2021-2024, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional São Paulo, onde ao lado da presidente doutora Rosana Rufino, incluímos na pauta demandas como o direito à saúde da população negra, com intervenções de renomados profissionais de saúde. Pisamos com respeito o chão de nossos ancestrais, em duas caminhadas educativas nos solos, para nós sagrado, Memorial dos Aflitos e Quilombo do Saracura, resgatando o histórico da memória, cultura e das contribuições do povo negro para nossa sociedade.

²⁶ O termo idosidade, (qualidade de idoso), cunhado pelo poeta, escritor e ativista Romildo Ibeji para caracterizar a velhice, está sendo trabalhado na minha dissertação em contraponto à longa lista dos substantivos discriminatórios que definem a velhice, constante nos dicionários e no inconsciente coletivo da sociedade.

No Conselho dos Griots do MNU-SP, ao lado do mui amado griot José Adão de Oliveira, tive o privilégio de coordenar o I Livro dos Griots, com textos de autores e autoras de todo país, visando ampliar a voz da idosidade negra.

Sou dessas “[...] meus olhos brilham na missão”. Como “portadora da chama da libertação”, parafraseando Lélia Gonzalez, alicerço as pontes de acesso a tomada do lugar e da palavra com seu sopro de liberdade e a irmandade do mulherio. A pele que eu visto traz no DNA a força das Guerreiras Ancestrais (Oliveira, 2024:36).

Não me falta compromisso com a responsabilidade histórica e quiçá mundial de transformação e libertação rumo à igualdade, engajamento de alma e “fé na vida”. Reafirmo como mantra da vida as palavras de Sônia Leite: “Vale a pena acreditar que a luta racial junto com a luta contra o machismo, capitalismo e patriarcado, transforma!”²⁷.

Ainda falta muito – somos muitos quando juntos! Desconstruir o racismo estrutural dá trabalho! Sentada na calma do tempo, sigo bordando letras, desaguando na pena minhas inquietudes, apostando na coerência dos nossos anseios rumo à plena igualdade de direitos das mulheres em uma sociedade multirracial e pluricultural, embalada pelo bem viver.

Discordo do dito popular “quem planta tâmaras não colhe tâmaras”! O MNU plantou, eu também as plantei na trajetória e todos estamos colhendo tâmaras em forma de sonhos.

Tempos Negros... virão. Axé Muntu²⁸.

²⁷ Sônia Leite (1958-2012), ativista e militante petista do Movimento Negro Brasileiro, fundadora da Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras no estado de São Paulo, e uma das fundadoras da Marcha Mundial das Mulheres, no texto “Reflexões com mulheres jovens do PT: o feminismo é uma prática”, organizado por Fernanda Papa e Flávio Jorge (Fundação Friedrich Ebert e Fundação Perseu Abramo). Em: <https://www.geledes.org.br/pt-e-movimento-social-perdemonia-leite/>. Acesso em: 10/04/2025

²⁸ Axé Muntu, expressão de saudação criada por Lélia Gonzalez, misturando as línguas iorubá (axé=poder, força, energia) e kimbundo (muntu=tudo de bom).

Referências

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

OLIVEIRA, Lenny Blue de. *Idosidade: crônicas de uma mulher negra para inspirar tâmaras*. São Paulo: Ed. Matrioska, 2024.

SANTOS, Tiganá Santana Neves. *A cosmologia africana dos Bantu-Kongo por Bunseki FuKiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SCHUMACHER, Schuma & VITAL BRASIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, fls. 363.



**ESPERANÇAR NA SUA PLENITUDE
EM VERSO E PROSA**

Esmeralda Ribeiro
@escritoraesmeraldaribeiro

Esmeralda Ribeiro. Natural de São Paulo. Sou jornalista aposentada, escritora e pesquisadora da literatura negra. Faço parte dos coletivos: Quilombhoje Literatura, Flores de Baobá Escritoras Negras e Escrevientes. Sou uma das responsáveis pela edição da série Cadernos Negros. Incentivo a participação da mulher negra na literatura. Além de Cadernos Negros, tenho trabalhos publicados em antologias no Brasil e no exterior. Tenho duas obras individuais: Malungos e Milongas (conto), editado pelo Quilombhoje, em 1988 e Poemas Ynacabados, publicado pela Editora Feminas, em 2023.

Minha trajetória literária começa em 1982, integrando o Coletivo Quilombhoje Literatura e participando pela primeira vez de uma coletânea afro-brasileira, no Cadernos Negros, volume 5 - Poemas, em 1982.

Sou afro-brasileira em um país que grita o racismo todos os dias. Tenho vários olhares, várias roupas para enfrentar esse racismo, que não dorme, que nos assombra até em nossos sonhos. Mas como uma boa pessoa afro-brasileira, olho nos olhos do racista, enfrento com palavras, no (divã), para me nutrir da essência de esperançar.

Porque carrego em mim o passado, o presente e o futuro. O objetivo mundial é nos eliminar fisicamente, antes eram serviços sub-humanos, agora na era moderna, outras táticas mais sutis. Quando constatamos que faltam poucos metros para chegarmos ao “Topo da Montanha”, encontramos tantos obstáculos, sendo preciso adiar a escalada e as bases de sustentação são cortadas e algo inacreditável acontece, caímos no ponto de partida.

Minha militância é semeada no campo da literatura afro-brasileira. Não há tempo para colheita, são flores e frutos, que se apresentam quando querem. O equipamento usado é inspiração, transpiração e diversas palavras. É do versar até o verbo. É das letras no momento certo da colheita, que mostramos aos leitores os nossos livros, a nossa essência literária.

Há quem por querer ou sem querer tentar pisar nesse campo que semeamos, como se não nos visse. Agora gritamos seja de dor ou para dizer que sempre estivemos aqui. Que a nossa plantação literária é um campo ilimitado!

Que apesar de tudo criamos, criamos, parafraseando Agostinho Neto, "criamos com olhos secos" e acrescento que também criamos com o coração ferido. Criamos, blindando nossos corpos, mentes e corações. São muitos os enfrentamentos até no amor. Ou fugimos, ou somos vítimas do feminicídio. A solidão amorosa é um presente indesejado, mas muitas vezes ofertado, para algumas mulheres negras, daqui, ali, de lá no mundo.

Nutri sonhos literários de muitos escritores e escritoras, por muitas vezes esquecendo-me de nutrir meus próprios sonhos no mundo da escrita. Igual àquela cozinheira que faz comida para alimentar muita gente, mas esquece de comer. Alguns se aproveitam dos nossos pratos, mas se levantam da mesa sem nos oferecer uma sobremesa ou sem brindar os nossos sonhos.

Vou tricotando cada peça em seu formato. Apresento essa pequena crônica. Essa sou eu quando o racismo dá um cochilo:

"O jovem, o cachorro e eu". Aquele jovem levava seu cão para passear. Do condomínio acompanhava as etapas da vida daquele jovem. Eu morava no térreo e diariamente, no mesmo horário, o jovem levava seu cão no carrinho de bebê. Debruçada na janela, meu olhar acompanhava-os até a portaria. Do WhatsApp do prédio avisaram que o seu cão morreu. Chorei. O jovem sumiu. Chorei. Pensei: ele que se dane. Mas... Resolvi dar-lhe um cão de presente. O amor renasceu no jovem pelo cão. Não me importo com os gritos: sai da janela velha, não tem mais o que fazer? Faço um muxoxo e respondo: — Dane-se! Todos (Antologia Baobás de Concreto, organizado por Nágila Oliveira e André Silva, Revista África e Africanidades, 2022).

Apresento também essa peça em forma de poema. Essa sou eu, quando tenho um olhar mais atento: **"Dúvida"**. "Se a Margarida Flor é branca de fato / Qual é a cor da Margarida / Que varre o asfalto"

(Cadernos Negros, volume 13 – Poemas, organizado por Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa, Quilombhoje, em 1990).

Tricotar é para qualquer idade, mas essa sou eu, na minha envelhecimento, versou esse poema:

“Menopausa”. Agora sou uma mulher seca / é urgente palavras embelezadas / do meu útero nascem letras pretas / sem gênero definido / cuido até ficarem eternas / Agora sou uma mulher seca / descobri agora / sou metade dona de mim / são tantas posses / são tantas obediências / agora descobri que uma rainha negra / não abaixa sua coroa para ninguém / E, assim, tornei-me uma mulher seca / sem metáforas na língua / sem metáforas na vida / sim, dentro de mim / correm águas doces de mamãe Oxum / de movimentos lentos / ... “Enfim / Sou uma mulher seca /, mas por dentro / sou úmida, por mim / e por todos aqueles / e por todas aquelas de / tez pintadas a nanquim” (Coletânea Parto Normal, organizada pelas escritoras Elaine Marcelina e Joice Aziza, Editora Feminas, em 2021).

Por fim, cultivar o mantra esperar, mais que um verbo transitivo direto e pronominal. Para nós mulheres, em especial, as negras, o nosso avanço está em esperar 24 horas por dia. É o que nos motiva a seguir em frente. Esperar não é uma palavra bonita, não exala perfume sedutor, não é autoritária, ela não impõe nada, que até nos esquecemos de mencioná-la. Porém, esperar, sim, esse verbo transitivo direto e pronominal faz parte de nossas vidas, dos nossos corpos de pretas. É com esse esperar que fazemos atos cotidianos básicos e complexos no nosso dia a dia. Esperar também nos dá força em tudo que fizemos no passado, no presente e no futuro não seja em vão. Se abirmos a cortina quantas conquistas positivas já aconteceram em nossas vidas. Embora o racismo tenta ofuscar nosso brilho. Por isso, cabe a nós escolher qual espelho queremos olhar.

Mas o avanço de 100% quando mulheres do mundo inteiro, em especial, dos continentes africanos, àquelas sucumbidas pelas guerras; da inclusão das mulheres indígenas e das trans de toda a parte do planeta.

Sou ousada por isso vou usar a palavra esperar para que se elimine as desigualdades salariais, nos tratamentos médicos, literários, o feminicídio. Sim, isso já constatado, mas falta na realidade, luz, câmera, ação. Ação. Que possamos ter “takes” sem interrupções! Na cena real, todos somos atores e atrizes, que cada um faça o seu papel, sem troféu, porque todos serão os melhores.



ATUAÇÃO E TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NA SOWETO

Gevanilda Santos

²⁹ Artigo originalmente publicado no blog Soweto, em 13 de março de 2024, intitulado Mulheres na gestão Soweto, revisitado para publicação na Flacso. Foto com três ativistas: ao centro Gevanilda, Regininha à sua esquerda, e Lenny Blue à direita. Foto: Arquivo pessoal de Lenny Blue. Marcha das Mulheres Negras Brasília, em novembro de 2015.

No mês de março em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, a atual diretoria executiva da Soweto, sob a presidência de Paulo Rafael da Silva, e diante o chamado de duas mulheres a participar da edição do Cadernos Flacso, eu não poderia deixar de colaborar. Sou uma ativista há mais tempo, e participo em vários momentos da construção da Soweto e de suas parcerias.

A autora, Gevanilda Santos, é uma cidadã negra, brasileira, feliz e parabeniza a organização por femenagear mais uma vez na data, a mulherada ativista.

Na história do ativismo institucional das mulheres negras há que se distinguir dois campos característicos da contribuição da mulherada. Um campo é o das feministas. Aquelas mulheres que trilharam, coletivamente, a construção da luta contra o racismo, o machismo e o elitismo. Noutro campo está a mulherada feminina que apoiou aquele protagonismo, porém não atuou na especificidade de gênero porque estava sobrevivendo ou construindo a vida pessoal. Na divisão analítica da história, em ambos os lados há muito relato a ser registrado. Neste artigo abordaremos o primeiro campo, especialmente o ativismo engajado das mulheres negras na gestão da Soweto.

A ancestralidade

O exercício analítico no artigo é presentificar a ancestralidade e demarcar o não esquecimento de quem veio antes de nós.

O primeiro aspecto a destacar no artigo é a trajetória da presidenta Maria José Pereira dos Santos porque ela é uma ancestral. A gestão da Majô na Soweto ocorreu entre os anos de 1996 e 2000. Posteriormente adoeceu, e, em 2013 foi para o Orum. Antes dela tivemos outras.

Dois anos após seu falecimento, na primeira Marcha das Mulheres Negras rumo a Brasília (2015), a ancestralidade da luta da

mulher negra foi representada na faixa da Frente de Mulheres Negras da capital e interior de São Paulo. A foto da Majô, da Soweto; da Sônia Leite do Partido dos Trabalhadores; da Lélia Gonzalez, a antropóloga e ativista Thereza Santos, do Partido Comunista representavam a ancestralidade. Elas estavam presentes na primeira marcha.

As amigas de vida e do ativismo se encontraram em Brasília (2015) na primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras, e, pousou para foto ao lado da faixa das feministas históricas e ancestrais da organização das mulheres negras.

Comadres

Conheci a Majô no Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC), em 1980. Lugar onde vivenciamos encontros de vínculos pessoais e coletivos.

Na relação pessoal, fomos “comadres”. No universo feminino ser comadre de alguém significa que há amizade entre duas mulheres, e além da amizade há muita confiança e respeito transmitidos de geração a geração. O vínculo fortalece as famílias e os filhos. Intuímos que entre nós havia um forte vínculo pessoal capaz de nos tornar comadres³⁰.

Na relação juvenil, fomos ativistas do Grupo Negro da PUC-SP. Tínhamos trajetórias de vida semelhantes. Éramos de famílias nordestinas, imigrantes e vivendo em São Paulo. Éramos estudantes universitárias oriundas de escola pública e cursando a universidade no ensino privado, PUC-SP, anos 80. Quanto à história da imigração, cada uma tem a sua para contar, hilária ou trágica³¹.

³⁰ A primeira tradução do termo é o ato de ser a madrinha ou padrinho de um filho ou filha. No nordeste brasileiro, a madrinha é traduzida por “dinda” ou “dindo”. Um termo usual de tratamento carinhoso para a madrinha ou padrinho.

³¹ Ainda no prelo, o livro intitulado Recordação, Imaginário e Memória da família, de Laurinda Rosa e Athanásio José, em Rio De Contas, relata a imigração da família de Gevanilda Santos do interior da Bahia para São Paulo.

Trajetória de vida semelhante

Eu e Majô, com trajetórias educacionais oriundas da escola pública, ingressamos na PUC-SP na década de 1980. Uma graduou-se em História, a outra em Serviço Social, e ambas concluíram o mestrado também na PUC-SP.

No ranking da escolaridade das famílias negras, não fugimos à regra geral: as mulheres negras eram as primeiras, quando não as únicas, a concluir a universidade. São as mais escolarizadas e seguem carreira profissional a partir da formação institucional, apesar dos salários defasados. Via de regra, comenta-se que os/as estudantes negros/as ao concluírem a escolaridade no nível universitário a renda familiar é elevada três vezes³².

Na missão acadêmica do Grupo Negro da PUC-SP, fomos influenciadas por outras ativistas e ou pesquisadoras negras, como a paulista e socióloga Maria Hercília Nascimento, a baiana e antropóloga Maria de Lourdes Siqueira, a pedagoga Ângela Antunes do Instituto Paulo Freire (IPF). Na época, na PUC-SP e em outras universidades paulistas, havia muitos professores/antirracistas e defensores dos direitos humanos da população negra. Deixaram sua marca educacional nas nossas trajetórias, a exemplo do professor Maurício Tragtenberg, da Neuza Gusmão, do Kabenguele Munanga, do Octavio Ianni, do Miguel Chaia e da Vera Chaia, as/os professoras/es do Departamento do Serviço Social da PUC-SP, dentre outros. Cada um a seu modo ensinou e aprendeu as delícias e as atrocidades da negritude no Brasil.

³² Nesta história seguiram a orientação da Frente Negra Brasileira (1931-1937) no seu projeto contra o racismo e luta pelos direitos da população negra.

O ativismo na PUC-SP

E na graduação nasceu o ativismo contra o racismo, o machismo e o elitismo. Na relação coletiva, Maria José Pereira e Gevanilda Santos foram ativistas do Grupo Negro (PUC-SP) e aprenderam a solidariedade, o respeito e o acolhimento entre mulheres. Uma prática cultural existente antes de ser categorizada.

Éramos, portanto, mulheres negras universitárias, estudantes, trabalhadoras e ativistas. Gostávamos de admirar e participar das transformações na sociedade, principalmente as indicadas para aniquilar o racismo na sociedade de classe.

Na universidade e no Grupo Negro da PUC, para além da escolarização, fortalecemos os laços do ativismo contra o racismo e aprendemos a fazer a leitura crítica do mundo a nossa volta. Aprendemos a valorizar a luta social da população negra, a compreender as atrocidades da ideologia do mito da democracia racial que naturaliza a violência policial, o etnocentrismo, o machismo, a pobreza da população negra e as desigualdades sociais em todas as áreas da vida. Enfim, aprendemos a transferir o conhecimento e a visão de mundo adquiridos nos bancos escolares à realidade da população negra. São inúmeras as lições do **Grupo Negro da PUC-SP**.

Lições do ativismo para toda a vida

1. Um/a estudante negro/a não pode esquecer sua origem étnica e social.
2. O pensamento deve ser crítico. No grupo Negro da PUC-SP, na época, ter pensamento crítico significava incorporar conhecimento de modo crítico e aplicá-lo na vida pessoal e coletiva da sua comunidade. À época, a juventude negra era anticapitalista, o que,

atualmente, se diz não ser neoliberal, não ser colonizada e ser contrária ao imperialismo norte-americano.

3. Filosoficamente ou eticamente devia se livrar da culpa social ou do recalque do pertencimento à negritude, na medida em que a população negra não foi responsável por sua pobreza e falta de mobilidade social. A falta de ética ou a vergonha da escravidão não é responsabilidade da população negra, é sim da elite do país, que usufruiu as vantagens da escravidão, empreendeu o tráfico, transformou seres humanos em mercadoria, desumanizou a cultura africana em prol da europeia e se apropriou das vantagens sociais decorrentes.

4. Os/as negros/as e a sociedade brasileira devem refletir as razões da subalternidade e ou subordinação da população negra à elite colonial e ao branco. E se orgulhar em conhecer e compreender a cultura negra como o berço da humanidade. Isso é ser afro-centrado³³.

5. Compreender que na educação oficial da sociedade capitalista há um modo operante ou uma metodologia divulgada em livros escolares, nas cabeças e mentes da comunidade escolar com forte influência cultural racista e subliminar que congela a relação escravocrata e a veicula nos períodos subsequentes como se o tempo parasse. Quando muda algo é para dizer que a escravidão não foi tão ruim assim e desencorajar as rebeliões. Ideologia de acomodação ou naturalização do racismo. Essa é a dinâmica que se espalhou por toda sociedade.

6. Para além da escolarização, a universidade é o território onde se fortalece o ativismo, quando ele não vem do berço familiar.

7. No Brasil, os aspectos que enfrentam o racismo estão na ação cultural e identitária, precisamente, a fenotípica e biológica (a cor da

³³ O afro-centrismo é uma corrente de pensamento racial negro norte-americano veiculado nas universidades e entre pesquisadores que sofrem reação racista e são combatidos e não valorizados na sociedade racista para encobrir a importância da informação universal ao orgulho negro e rebaixar a boa estima da população negra.

pele), a religião de matriz africana e as relações de gênero, a vida das mulheres e da juventude negra. Por isso, a população negra tem péssima qualidade de vida e constante genocídio da juventude no campo da segurança.

8. A chefia de família da mulher negra dentro do patriarcalismo contradiz a experiência de solidariedade racial vivenciada entre o homem e a mulher negra na escravidão. É necessário rever a reflexão ou ensinamento da antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) nas questões de gênero e raça, ou seja, no feminismo negro.

9. A solidão da mulher negra e a erotização da mulata e o papel da mídia na reprodução do racismo entrou no debate social.

10. Há que se dizer para os estudantes negros e toda/o cidadão/ã que a democracia racial brasileira tem seu núcleo central no mito da democracia racial e que o racismo é a problemática de toda sociedade brasileira.

As lições apresentadas são resultado de quase dez anos de ativismo no Grupo Negro da PUC-SP (GNPUCSP) e de muitos anos de luta antirracista na Soweto.

E assim, a mulherada negra desde o GNPUCSP foi capaz de:

- Refletir sobre a tríplice exploração da mulher negra que anos depois se rendeu ao conceito da interseccionalidade de origem afro norteamericano;

- Dedicar ao ativismo contra o racismo sem constrangimento da pecha identitária;

Ratificar e elevar a ação popular na rua à categoria de Movimento Social Negro;

- Romper com o *status quo* da meritocracia das instituições acadêmicas, valorizar as referências intelectuais de combate ao racismo, revisitar posicionamento e apoio às estratégias de luta, a exemplo da proposta da política de cotas no ensino superior.

O ativismo contra o racismo, o machismo e a pobreza

Uma organização social com participação mista de homens e mulheres enfrenta muitas contradições de gênero. Estamos aprendendo a identificar as contradições de gênero com o avanço dos comportamentos misóginos ainda enrustidos e os altos índices de feminicídios alardeados na mídia. Acreditamos no enfrentamento e na superação das relações de gênero contraditórias.

Por ora, a mulherada da Soweto se acostumou ao ativismo contra o racismo, o machismo e a pobreza e a uma atuante vida institucional. A ação remanescente não será silenciada a despeito deste artigo e das celebrações do mês de março.

Oficialmente, a organização não tem um grupo de intervenção na relação de gênero, embora tenha um núcleo preocupado com tal situação. Por ora, podemos adiantar que a Soweto na década de 1990 deu os primeiros passos na paridade de gênero ao aderir às orientações da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e no ativismo prático contra o racismo, machismo e a pobreza do seu Núcleo de Mulheres Negras³⁴.

A Soweto esteve lado a lado das inúmeras organizações progressistas e ativistas feministas negras paulistas da época³⁵.

A Soweto seguiu o movimento institucionalizado nas organizações negras chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) com endereço fixo e reabertura do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Em sua trajetória, encontramos atividades ou

³⁴ Ver Revista Afro Memória, v. 3, n. 1, p. 40- 60, CEBRAP, 2024.

³⁵ Entrevistar e colher depoimentos sobre ações pioneiras de gênero com Roseli de Oliveira (GNPUC), Fatima Ferreira (MNU), a professora Elizabeth Pinto (GNPUC), o ativismo de Lenny de Oliveira (MNU), Tereza Santos (FECONEZU e Secretaria de Cultura), as irmãs Suelaine (Ação Educativa) e Sueli Carneiro, o ativismo de Glaucia Mattos (SOF), da Ministra Matilde Ribeiro (SEPPIR), de Magali Mendes nas Promotoras Legais (PLPS) de Campinas, de Sônia Leite e Sandra Mariano no PT, das irmãs Ana e Regina Semião em Campinas, a trabalhadora doméstica Regina Teodoro na CUT, de Girlei Miranda, de Beth Beli nos Blocos afros, dentre outras.

eventos importantes e outros um tanto desarticulados. Nem sempre acertamos.

Uma boa articulação ocorreu no projeto de formação política das mulheres negras da capital e interior de São Paulo, organizado em parceria com a Articulação Popular e Sindical Mulheres Negras do Interior e capital de São Paulo (APSMN-SP), cujas atividades incluiu uma das três edições do Prêmio Palmas para nossas guerreiras e um curso de formação política. O projeto contou com o apoio parlamentar da Deputada Estadual Estela Almagro, de Bauru, e o apoio financeiro da Deputada Federal Janete Pietá do PT-Guarulhos.

O Projeto foi embargado em 2011 pelo Tribunal de Conta da União (TCU) com a anuência da então ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Luiza Bairros, alegando desvio da verba pública, quando isso não ocorreu e/ou baixa institucionalidade. O momento final desarticulador das atividades do núcleo veio quando a Soweto foi inserida no rol das instituições inadimplentes e de baixa capacidade institucional. Felizmente, anos depois, em 2022, a Soweto foi inocentada e teve revista sua capacidade de concorrer às verbas públicas. A Soweto seguiu timidamente com seu núcleo de gênero e ofereceu sua força ativista com a passagem ao Orum de Sônia Leite (2012) e Majô (2013). De modo diverso, a mulherada das quebradas e periferias se jogou nas relações de gênero, antes denominada tríplice exploração da mulher negra.

Legado da mulherada institucional na Soweto³⁶

O artigo inicia com o legado da autora na vida institucional da organização³⁷. Logo no início da vida institucional da Soweto,

³⁶ Aprofundar a leitura original do subtítulo no artigo intitulado "Breve reflexão do feminismo e os conflitos de raça e classe", por Gal Souza e Gevanilda Santos, publicado no Blog da Soweto (www.soweto.org.br), em 13 de março 2024.

aprendemos a reconhecer a participação da mulherada na vida pública com duas mulheres valorosas e guerreiras: Matilde Ribeiro e Maria do Carmo Sales Monteiro.

A primeira, Matilde Ribeiro, foi vice-presidente da Soweto na primeira gestão, se projetou socialmente como uma assistente social, docente com mestrado e doutorado em Serviço Social e chegou a ser ministra da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República³⁸. Ela nos legou a fundação da Soweto e as primeiras lições das relações de gênero. Ela seguiu caminho próprio.

A segunda mulher e amiga da juventude estudantil, do Grupo Negro da PUC foi Maria do Carmo Sales Monteiro foi secretária geral na primeira gestão da Soweto. Tornou-se uma enfermeira formada na USP e se especializou em Saúde Pública e ativismo na área da saúde da população negra. Ela também seguiu caminho próprio.

Mais tarde, me deparo com os ensinamentos feministas na área da comunicação de Rosangela Ferreira C. Borges, uma jornalista, professora universitária e doutora na área da Ciência da Religião. Ela emprestou e dedicou seu saber, tempo e a habilitação profissional e jornalística ao primeiro informativo da Soweto.

Destaco também as participações de Alva Helena, a enfermeira da Articulação Nacional de Enfermagem Negra (ANEN) e Izolina Rosa, a jornalista, a amiga de toda hora que nas gestões da Soweto deixaram contribuições inestimáveis. Alva foi presidenta por duas gestões consecutivas e Izolina foi a vice-presidente, comprometida em não dar golpe político em nenhuma presidenta.

³⁷ Gevanilda Santos foi gestora da Soweto entre 2000 e 2019. Participou da sua fundação (1991) e administração até o ano de 2019 quando se muda para Salvador/BA. Desde então, é uma colaboradora on-line e autora de artigos no Blog Soweto (www.soweto.org.br).

³⁸ Matilde foi uma das coordenadoras do programa de governo da coligação Lula (2002) por um "Brasil sem racismo" e indicada para ser ministra da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) de 21 de março de 2003 até 2008. É professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus Ceará.

Destaco a presença de outras mulheres guerreiras do time feminino, feminista e ou parceiras da Soweto: Suelma Inês de Deus, Glauciana Souza, Sara Branco, Marina Jorge, Catarina e Raquel Santos. Todas colaboraram por um período, estão na gestão até hoje e são associadas e amigas da Soweto.

Tenho guardado na memória afetiva do ativismo na Soweto, as inúmeras parcerias com mulheres que ampliam imensamente o leque do ativismo das mulheres negras em São Paulo. É peculiar às parcerias da Soweto, apoiar outra luta quando não consegue agregar mais outro ativismo. Assim, a Soweto incorporou a Comunicação Compartilhada, a solidariedade à mulherada da América Latina e dos países africanos, a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), dentre outras. É um amplo leque de parceiras na área dos movimentos sociais, parlamentares, como a parceria com a Deputada Estadual Leci Brandão (PCdoB-SP), Janete Pietá (PT-SP) e Luana Alves (PSOL-SP).

Resta à Soweto articular e avançar na chamada interseccionalidade de raça, gênero e classe³⁹.

As dicas anunciadas por intelectuais como Patrícia Hill, Ângela Guillim, Ângela Davis, Lélia Gonzalez ou compartilhadas em projetos e/ou rodas de conversas com Lenny Blue, Fátima Ferreira, Magali Mendes e tantas outras mulheres negras guerreiras. Nossa gratidão a todas.

O futuro do ativismo juvenil

Agora é a vez da juventude, popularmente denominada “novinhas” trazer novos saberes e sentidos organizativos e contemporâneos a nossa luta. Elas juntam o afeto, o respeito ao conhecimento tecnológico.

³⁹ O conceito de interseccionalidade nasceu nos Estados Unidos (EUA) e nos parece apropriado à luta das mulheres negras brasileiras na medida em que acolhemos as intelectuais Angela Davis, Patrícia Hill Collins e bell hooks.

Ultimamente, temos as adesões da juventude no ativismo, no bate papo, nas fofocas, nas leituras, nos conflitos e nas disputas internas. Temos inúmeras adesões de jovens que com seu ativismo peculiar colaboraram e muito para a Soweto ser o que é hoje.

A exemplo de Priscila B. Franco, atual secretária da diretoria executiva da Soweto, Gabriela Leão, a MC das lives e as mais novas integrantes Shirley Karina e Tamires Sampaio na relação governamental, dentre outras.

O esforço geral é para que a participação juvenil rompa as dificuldades impostas por governos conservadores e o desânimo que tanto impregnam as novas gerações.

Esperamos que a Soweto possa semear, inspirar e comprometer todos e todas com novas ações feministas e ativismo social. Os movimentos sociais progressistas, a academia, os partidos políticos e o mercado tecnológico foram os setores capazes de agregar valor social e financeiro ao ativismo social contra o racismo e o machismo. É importante conservar a luta e a resistência negra na memória, porém sabe-se que a apropriação do discurso é livre e modulada por princípio e ideologia pessoal. Mas isso é matéria para outro artigo.

O importante é reescrever a história com as novas interpretações e registrar as lacunas apagadas na história oficial.

Sinceramente, esperamos que o ativismo da Soweto fortaleça a mulherada paulista e ofereça às novas gerações a história não contada para aprendermos com elas. Como diz o provérbio africano: sozinha vamos mais rápido, mas juntas vamos mais longe.

Salve a mulherada negra ativista brasileira! Salve o 8 de março – Dia Internacional da Mulher!



**ATIVISMO NEGRO E
FEMINISTA NO INTERIOR
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Magali Mendes

Natural da cidade de Jundiaí, interior de São Paulo, filha de trabalhadores, Nhemias Mendes e Iris de Freitas Mendes, casal migrante do Rio de Janeiro (década de 1950), que constituiu família de cinco filhos no Estado de São Paulo.

Nascida durante a ditadura militar brasileira (1963), vi e ouvi coisas que na infância não conseguia compreender, mas que marcaram e criaram interrogações possíveis de desvendar na juventude, como por exemplo o assassinato do jovem Roque, a prisão e morte do vizinho Sr. Carlos e de pessoas que causavam silêncio nos adultos, quando citadas. Também por ouvir de seu pai e dentro de casa a acusação de que um dos vizinhos era “cagueta” da polícia.

Somado a tudo isso, a realidade de viver e crescer no Conjunto Residencial do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) – primeiras habitações institucionalmente populares do Brasil, construídas inicialmente na periferia da capital São Paulo; no subúrbio do Rio de Janeiro; em Campinas e no bairro Agapeama, em Jundiaí; me deu a dimensão do início das políticas institucionais para apartar famílias negras e pobres que quisessem viver ou sobreviver nas cidades que, na época, cresciam em ritmo acelerado.

Iniciei a militância cultural e política aos dezessete anos, quando o Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU) se realizou em Jundiaí (1986) e, assim, tive oportunidade de conhecer negras e negros de outras cidades e regiões do Estado, dialogar e me politizar. Daí para frente compreendi que seria impossível não lutar contra o racismo e pela organização cultural e política da comunidade negra, visto que era nítida a desvantagem econômica e social dos descendentes de africanos escravizados no Brasil. Participei da criação do Grupo Afro Cultural de Jundiaí que, nos anos seguintes, atuou no FECONEZU criando e se responsabilizando pelo espaço específico para as crianças participantes do Festival. Essa experiência

foi marcante, pois permitiu aos integrantes do grupo Afro Cultural pensar e desenvolver atividades lúdicas que possibilitassem a convivência entre crianças negras, assim como a participação e integração de suas mães e/ou responsáveis nas outras atividades do Festival.

No início da década de 1990, ao terminar o curso Técnico em Agropecuária na Escola Benedito Storani/Jundiaí, fui aprovada no concurso público e mudei-me para Campinas para trabalhar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde ganhei novas experiências com o racismo, o machismo e a misoginia dentro do ambiente de trabalho, o que me levou a participar da diretoria do Sindicato de Trabalhadores, sendo eleita por várias vezes para Congregação do Instituto de Ciências Humanas e também como representante dos Trabalhadores no Conselho Universitário.

Somado a isso me mantive como militante do FECONEZU e iniciei formalmente a minha militância feminista nas Promotoras Legais Populares, organização específica de mulheres populares que, a partir de uma formação específica tornam-se Multiplicadoras de Direitos para o exercício da cidadania. Um projeto/movimento que permite dialogar mais diretamente com mulheres negras sobre violência doméstica, racial e de gênero, assim como aquilo que mais as vitimizam: a pobreza.

Formatura das Promotoras Legais Populares
Vista Alegre, Campinas/SP, 18 nov. 2019



Particpei de encontros importantes para negras e negros brasileiros, tais como: Encontro de Negros Sul/Sudeste (1980, 1990), Encontro Nacional de Negros – ENEN (1991), Congresso dos Povos Negros das Américas (1995), Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988), II Encontro Afrolatino-Americano e Caribenho de Mulheres Negras (1995), na Costa Rica.

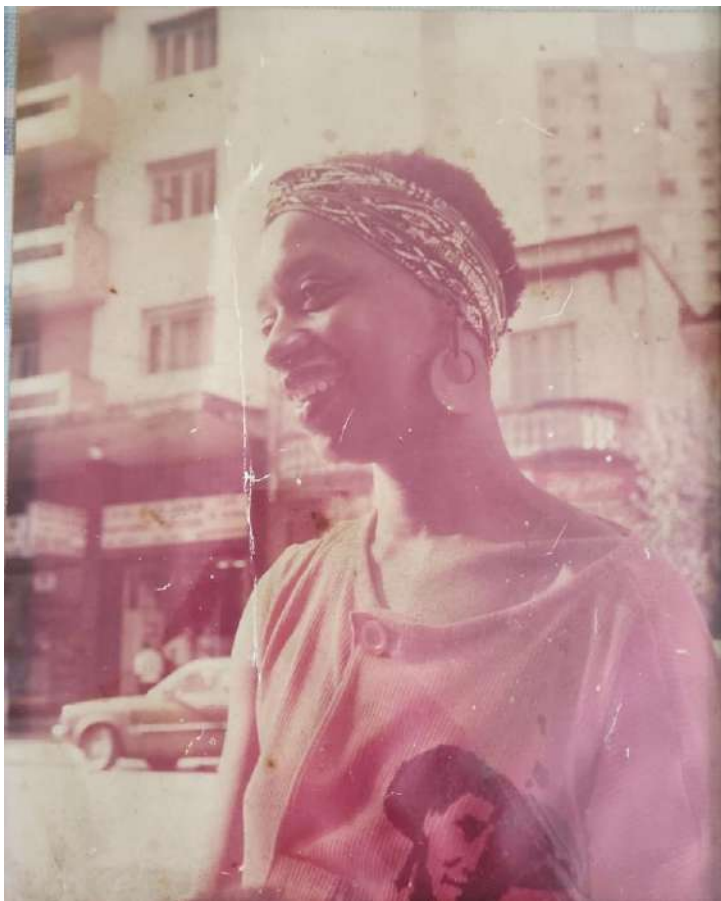
Importante lembrar que, em 1996, junto com meu companheiro de vida, fundador e militante do FECONEZU e conhecido como Zé Prettu, participamos da luta popular por moradia na cidade de Campinas, que resultou na ocupação de um vazio urbano hoje conhecido como OMG – Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B. Foram tempos de luta pelo direito básico de viver com dignidade e, que hoje permite que a família composta por filhos e netos tenham uma casa e, no caso do filho mais novo, Fuluke (31 anos), trabalhe com produção cultural com os jovens da quebrada, pois, ao lado da casa, foi construída o espaço OMG⁴⁰ Cultural, que já completou 11 anos, idealizada e gestada pelo DJ Fulução, como é conhecido.

⁴⁰ Espaço Oziel, Monte Cristo e Gleba B (OMC) Cultural: identificação territorial criada pelos jovens da Quebrada onde foram construídas as moradias onde residem e resistem.

Me mantenho acreditando na luta coletiva, sou uma feminista negra, popular e anticapitalista, me reafirmo militante do FECONEZU, acreditando que a cultura é política e contribuo na organização das Promotoras Legais Populares Pretas rumo a segunda Marcha Nacional de Mulheres Negras que acontecerá em novembro de 2025, no Distrito Federal.



ASÉ e LUTA!



UMA VIDA DE REALIZAÇÕES, LUTAS E CONQUISTAS

Maria de Fatima Ferreira

Eu sou Maria de Fatima Ferreira⁴¹, nasci no Hospital São José, na cidade de São Vicente, no dia 5 de outubro de 1952, filha de Rosa Salomé Ferreira e Mário Ferreira Faria. Sou a caçula numa família de seis irmãos – um homem, Adalberto, e cinco mulheres, Maria Luiza, Neuza Maria, Maria Lúcia, e uma irmã que faleceu bebê, chamada Vera. Eu nasci e cresci no litoral, mas minha família paterna e materna veio do interior do estado de São Paulo.

A minha mãe trabalhou como empregada doméstica durante o maior tempo de sua vida, fazia doces para vender e passava roupas para fora de casa. Foi assim que ela nos criou. O meu pai era tipógrafo aposentado, se aposentou cedo, não sei bem o motivo. A minha mãe e meu pai eram separados, sei poucos detalhes sobre ele.

Quando criança, a filha da patroa da minha mãe conseguiu uma vaga em uma das primeiras escolas de educação infantil, na época, hoje denominada UME Leonor Mendes de Barros⁴², Educação Infantil - Maternal II, Jardim e Pré-Escola.

Unidade Municipal de Ensino Leonor Mendes de Barros Cidade Santos/SP



⁴¹ Professora de Educação Infantil na EMEFM Vereador Antônio Sampaio – Magistério. Pedagoga. Pec Municípios - Programa de Formação de Professores São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Aposentada pela PMSP-CEI DIRECT Cidade Nova do Parque Novo Mundo.

⁴² Em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/escola-municipal-leonor-mendes-de-barros-em-santos-sera-reformada-e-ampliada>. Acesso em: 26 abr. 2025.

Na juventude convivi muito com as minhas primas, em São Paulo, eu vim trabalhar fazendo faxina, mas sempre tive dois empregos, um para “curtir” e comprar as minhas coisas e outro para ajudar em casa. Uma vez, eu e minhas primas fomos num baile que uma pessoa nos chamou para dançar e não aceitamos. Sentimos que o clima mudou, algo não caiu bem. Estranhando, decidimos ir embora. Estávamos em três meninas e um casal de namorados, em cinco pessoas. Decidimos sair mais cedo e pegamos um táxi.

Um grupo de rapazes fizeram o taxista parar e nos obrigaram a descer do carro. Deixaram seguir apenas o casal de namorados. E nos obrigaram a ir num lugar isolado, escuro. Mas, por alguma razão eles se distraíram, olhei para uma prima e saímos correndo, gritando, e pedindo ajuda, conseguimos fugir.

Infelizmente, a minha prima Edna não conseguiu fugir e foi violentada por eles. Engravidou. Marcou muito a vida dela e a nossa. Antigamente, não existiam esses programas de apoio às mulheres vítimas de estupro. Ela não teve suporte da saúde, com a pílula do dia seguinte, na prevenção de doenças e nem apoio psicológico.

Fomos à delegacia na Freguesia do Ó, prestamos queixa, virou processo e toda vez que íamos depor, tinha uma pessoa do lado de fora para nos intimidar. Quando íamos nos bailes, eles estavam lá, com o tempo deixamos de ir.

Hoje, eu tenho cinco filhos Samoury Mugabe, Chindalena, Andalakituche, Mutana e Akinyele Kayodê. Os nomes nos foram apresentados por nossa querida, Tereza Santos. Hoje, tenho a minha netinha Lúcia que chegou trazendo luz, ternura e alegria na nossa família.

Durante a gravidez do Akinyele Kayodê, que hoje é o médico de família, um rapaz passou a mão na minha barriga, reagi à ofensa com um tapa na sua cara. Ele me agrediu com uma tampa e chutando a minha barriga. Um susto, quando ele nasceu ficou tremendo de um lado só na cabecinha e fez exames para saber se ele estava bem.

Quando ainda morava na cidade de Santos, participei do Grupo Negro de Santos, e do Molder Negro – modelos negros e negras da baixada santista com Antônio Vargas, fotógrafo, e a agente, manequim profissional Rúbia, na década de 70. Por meio do evento do Molder Negro que conheci o Hélio Santos, o Rafael Pinto e o Milton Barbosa que falavam sobre o Movimento Negro.

Foi nesse contexto que cheguei para viver na capital do estado e cheguei no Movimento Negro Unificado (MNU), participando dos movimentos coletivos de lutas sociais por direitos, na luta contra as diferentes formas de desigualdades e discriminações, seja, no movimento negro, no movimento de mulheres e no movimento de moradia.

Na sede Almirante Marques Leão do MNU, eu atuava na organização interna da entidade, militância que ajudava na organização das finanças, na organização do espaço e de como conseguir recursos para os nossos boletins, as nossas festas, reuniões e atividades externas.

No dia 2 de março de 1981, eu, o Milton Barbosa e o Flávio Carrança fomos panfletar no Desfile das Escolas de Samba da cidade de São Paulo, quando ainda era na Avenida Tiradentes e eles foram presos. Foi um momento de grande preocupação, eu não me lembro porque não fui presa também. Mas isso foi fundamental para organizar uma mobilização para libertar os dois, ainda no período da ditadura militar. Fui à mídia denunciar a prisão deles.

Ainda na década de 80, participei da fundação do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT) da Bela Vista. Um processo importante e rico que envolveu a nossa atuação nas escolas de samba e intervenção com a comunidade negra, ao realizar muitas filiações e mobilizar pessoas para estar nessa construção importante, cuja contribuição foi se aproximando ainda mais do debate sobre classe social, raça e gênero, considerando a minha presença e a inserção da mulher negra e pobre.

A minha atuação no Movimento de Mulheres me deu muita base sobre a luta e direitos das mulheres, e o necessário intercâmbio entre os dois movimentos e o fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras. Foi nesse cenário que conheci Tereza Santos, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Angela Gilliam, Penha advogada, Ilma Fátima, Alzira Rufino, Maria Inês Barbosa, Sueli Carneiro, Sueli Chan, tantas mulheres negras potentes que fizeram e fazem história todos os dias!

A convite do Padre Batista, Instituto do Negro, da casa da Menina Mãe, passei a fazer parte do projeto que acolhia adolescentes grávidas que moravam na rua, que visava também, fortalecer os laços maternos e dar maior segurança para essa família. O projeto era localizado no Bixiga, na Rua Coração da Europa, uma rua sem saída. Nesta rua também tem, até hoje, a União de Mulheres de São Paulo. O projeto tinha uma parceria importante com o Hospital Pérola Byington, Hospital da Mulher, situado na Bela Vista, para realização do atendimento da saúde e pré-natal delas. E nós tratávamos do cotidiano da casa, com o cuidado do bebê, da importância do acompanhamento médico para a saúde delas e da criança. Levava elas todas juntas para passar na saúde, falar com a ginecologista, era uma conscientização. Um projeto tão especial que levei uma garota para passar alguns dias em casa, para ela ver a minha relação e convivência com os meus filhos e minha filha.

No projeto Menina Mãe, do Padre Batista, passei por uma situação complicada de violência, quando uma jovem grávida em situação de rua saiu do projeto e retornou para as ruas. Fui procurá-la para voltar para casa, debaixo da ponte que fica ali próximo ao Batalhão do Corpo de Bombeiros na Praça da Sé. Quando a encontrei, ela estava com o companheiro dela que estava armado, com uma arma pequena, mas que não queria que ela fosse embora. Foi um momento de tensão. Expliquei que ele poderia ir visitá-la nos finais de semana, depois de muita conversa, ele e ela concordaram com a sua volta.

Como participante da União de Mulheres de São Paulo construí bons laços de amizades com a Amelinha, Terezinha, a Criméia e o Cesar... na luta por direitos, na participação de projetos das Promotoras Legais Populares e no acompanhamento de projetos para adolescentes em que vi o início da minha filha Chindalena, na luta por direitos e criando as suas oportunidades.

Quando a Erundina foi prefeita da cidade de São Paulo, iniciei meu trabalho na Coordenadoria do Negro, o primeiro grupo de trabalho de consolidação desse espaço para efetivar políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação racial, como também, na promoção de direitos.

A Coordenadoria do Negro, hoje, denominada Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (CONE), é um órgão governamental criado em 22 de dezembro de 1992, pela Lei Municipal nº 11.321, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina e o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh, na época responsável também, pela Secretaria de Negócio Extraordinário.

A CONE, em São Paulo, foi criada como uma reivindicação do movimento negro que atuou ativamente no processo de redemocratização, que culminou por exemplo, no ato público em frente às escadarias do Teatro Municipal com repercussão nacional e internacional, numa prefeitura voltada para os interesses populares, não havia como ignorar a população negra. Através da articulação do Movimento Negro Unificado com outros setores do Movimento Negro foi criado na Prefeitura um órgão para ajudar a elaborar política de combate ao racismo proposto na gestão da Prefeita Luiza Erundina na cidade de São Paulo, em 1989.

A Secretaria de Negócio Extraordinário criou a CONE para realizar esta tarefa, tendo reunido setores do Movimento Negro da cidade de São Paulo, e indicado pessoas para participarem deste órgão: João Batista Félix, coordenador; nosso querido Sr. Manoel (*in memoriam*), do Movimento Unificado de Favelas (MUF) e eu, Maria de

Fátima Ferreira, como assessores. A CONE estava localizada no Ibirapuera, próximo ao gabinete da prefeita.

Para definição das ações da CONE ocorreu o Seminário “O Negro e a Administração Pública Municipal” que definiu as seguintes ações:

1. Organizar um grupo formado por um ou mais funcionários de cada setor da Secretaria de Bem-Estar, para que, através de reuniões semanais, elaborassem os programas de forma a tornar eficiente a intervenção. Esse grupo seria responsável pelas questões relativas à questão racial em nível de secretaria;
2. Organizar outro grupo com os mesmos objetivos, formado por uma ou mais pessoas de cada secretaria (especialmente educação, cultura e saúde) para troca de informações, no sentido de elaborar um projeto mais abrangente e consistente, para dar sustentação ao trabalho desenvolvido no interior da Secretaria de Bem-Estar;
3. Organizar cursos e debates para funcionários municipais com o objetivo de prepará-los para atender a população negra (especificidades). Essa “formação” seria imprescindível para a concretização de um bom trabalho, passando pela descoberta por parte desses próprios funcionários de que o Brasil é um país negro, não importando a variedade da pele, resultante da miscigenação. Descobrir a identidade do brasileiro foi o primeiro passo para tratar a questão racial pela Secretaria do Bem-Estar, bem como a compreensão da ideologia do embranquecimento e suas consequências;
4. Trabalhar seriamente a questão da mendicância, que vinha aumentando assustadoramente, sendo a maioria negra, inserindo ao trabalho já existente nessa área, pesquisas e projetos que respondiam à questão racial;
5. Desenvolver um trabalho junto à população habitante de favelas e cortiços, discutindo esse problema e inserindo essa discussão em todos os projetos já existentes;

6. Municipalizar a questão do “menor” em todos os níveis (do carente ao infrator – de 0 a 18 anos); mediante a criação de um projeto que visava substituir gradativamente o trabalho realizado pela promoção social, segundo experiências positivas no interior do Estado. Com o repasse de verbas, com o intuito de garantir efetivamente, a preparação e a formação profissional desses menores. Nesse sentido, propomos estabelecer um convênio entre a Prefeitura e a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), conjuntamente a outras entidades que trabalhavam com essa temática, para um maior embasamento, podendo-se até administrar em conjunto uma casa que abrigasse essas crianças;

7. Junto com a Secretaria de Assuntos Extraordinários, vereadores, sindicatos, e movimentos populares, discutimos e propomos a realização de campanhas, visando a criação de leis que compeliram as empresas a contratar jovens provenientes dessas instituições, e assim, assegurando seu ingresso no mercado de trabalho;

8. Promover debates com a sociedade, mediados pelos Conselhos Populares, Sociedade Amigos de Bairro, sindicatos e movimentos populares, deflagrando uma campanha para trazer voluntários interessados em trabalhar com menores junto à Secretaria do Bem-Estar.

O órgão passou a realizar reuniões com outros setores da Prefeitura de São Paulo: Secretaria da Cultura, Educação, Saúde, da área de eventos, como o Anhembi que organizava o Carnaval na cidade de São Paulo, juntamente com as entidades do samba.

A CONE realizou um evento cultural na Prefeitura, no Ibirapuera, que contou com exposições artístico-culturais do artista plástico Jofe Santos, além de desfile com roupas afro e danças. Também organizou o Seminário sobre Habitação, na favela da Vila Formosa, com a participação ativa do Sr. Manuel.

As ações desenvolvidas foram pautadas nas reflexões e experiências desenvolvidas naquele período, protagonizando a criação

da primeira coordenadoria no país, na gestão da primeira mulher prefeita da cidade de São Paulo, Luiza Erundina, comprometida com as necessidades e interesses da população menos favorecida da nossa sociedade, composta em grande parte por pessoas negras e imigrantes nordestinos.

Trabalhei na CONE durante oito meses e depois prestei concurso para atuar na educação infantil, área que atuei até recentemente. Por conta da sociedade machista e racista, geralmente, as mulheres não são formadas para disputa e a prática do poder, então estar neste ambiente foi uma experiência rica, desafiadora e ímpar que tenho muita satisfação e orgulho de ter tido a oportunidade de vivenciar.

Posteriormente, e ainda na gestão da nossa querida e amada Luiza Erundina, iniciei na Prefeitura Municipal de São Paulo, como auxiliar de educação infantil para trabalhar na creche, hoje chamamos de Centro de Educação Infantil (CEI). Serviço que estava ligado à Secretaria de Assistência Social, um cargo muito precário desvalorizado, mas que posteriormente, passou para Secretaria de Educação, possibilitando um plano de carreira bem mais definido, e permitindo que me tornasse professora de educação infantil, na gestão da prefeita Marta Suplicy, profissão na qual me aposentei no ano de 2016.

Outro momento importante foi na Vila Sarzedas, moramos lá por muitos anos pagando aluguel. Durante muitos anos, saía cedinho para trabalhar com todos os riscos de morar numa comunidade. Já tínhamos muitas questões de violência doméstica, gênero, brutalidade policial, tráfico, roubos de toca-fitas, de motos que sempre corriam para lá. Por eu ser liderança, sempre estava de certa forma em evidência. Lembro de um jovenzinho que, sempre que eu passava, falava alto e em bom som: “eu não gosto dessa mulher”.

Fui presidente da Associação de Moradores da Vila Sarzedas para mobilização e luta por moradia. A Vila foi desapropriada para

virar estacionamento do Fórum João Mendes, localizado na região central de São Paulo. Com mais de 100 famílias, lutamos durante um ano; com aproximadamente 70 famílias, nos unimos e conseguimos conquistar moradia para cada família, através do governo do Estado de São Paulo, via CDHU, o Conjunto Habitacional Jova Rural, onde com todas essas famílias chegaram vitoriosas e com a chave da casa para morar.

XXI Marcha da Consciência Negra da cidade de São Paulo, 20 nov. 2024



Vou aproveitar este espaço final para homenagear uma pessoa, o nosso amigo querido e companheiro eterno, Flávio Jorge, que foi fundamental para a ida do meu filho Akinyele Kayodê para Cuba estudar medicina.

O Akinyele Kayodê, após a experiência frustrante no projeto Geração XXI, passou a se dedicar ainda mais aos estudos. Sua irmã chegava da Faculdade de Letras, e ele pegava alguns textos para ler, tornando-se também, frequentador assíduo das bibliotecas Tucuruvi, Centro Cultural Vergueiro. Enfim, sempre se preparando para fazer o que quisesse, sem maiores impedimentos.

Iniciou no cursinho comunitário Educafro, ia em todas as aulas e todas as reuniões aos sábados. Em algum momento, quando já estava organizando os documentos para estudar em Cuba pela Educafro, soube que uma jovem que completaria a idade limite para ir teria prioridade, pois ele ainda não tinha 18 anos.

Novamente, apesar de entender a situação da jovem companheira, se viu numa situação de impedimento para seguir um dos seus sonhos. Foi nesse momento, para surpresa de todos, conversando e desabafando com o Flavinho, que levantou a possibilidade dele ir pelo PT. Ainda perguntou se o garoto era bom mesmo? Se ele tinha boas notas? Porque isso ia contar muito para seleção de estudantes pelo PT. Que alegria! Eu conheço a minha cria e me garanto.

O caçulinha passou na seleção e com elogios pelas notas e dedicação! Formou-se e tornou-se um excelente médico, atuando no Sistema Único de Saúde (SUS).



**TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO
COMO MULHER NEGRA**

Vanderli Salatiel

Escrever, escrever, escrever, eis a missão que todos e todas deveriam fazer ao longo da vida, pois o tempo passa e as nossas memórias vão falhando, parece simples, mas vemos que não é fácil, afinal, nós não nos sentimos capazes de escrever, somos pela oralidade, falar é mais fácil, será? Ao escrever, colocamos nossas fragilidades ou nosso ego em alta, tenho dúvidas, pois é um desafio.

Vanderli Salatiel⁴³, nasci na Vila Vintém, moça bonita, Padre Miguel, subúrbio do Rio de Janeiro, no dia 24 de abril de 1948, mas oficializada no dia 10 de maio de 1948. Professora aposentada, lecionei 32 anos em Escolas Municipais de São Paulo. Filha de Mario Leandro Salatiel, mineiro, de Ponte Nova, homem austero, trabalhador, provedor, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial de 1944. Retornou mais calado, doente, se recuperou, vindo a ser motorista em diversas empresas, e finalmente volta para o Exército, como civil, por “benefício” do estado até se aposentar e aí receber uma patente.

Minha mãe, Ruth Agapito Salatiel, mineira, filha mais velha de José Floro Agapito, funcionário da estrada de ferro em Lavras, sul de Minas Gerais, letrado (o que não era normal para a época), meu avô lia o que caía nas mãos e principalmente a bíblia, passando isto para minha mãe, cobiçado pelas mulheres, casou-se duas vezes. Mulher, independente, empoderada, muito à frente de seu tempo, determinada, deixa a casa do pai em tenra idade e vai para o Rio de Janeiro para trabalhar em casa de família, nessas andanças conheceu meu pai em Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro e nasce meu irmão, hoje falecido, Luiz Vander Salatiel.

Minha mãe era bastante consciente do racismo que sofria desde sempre, contava e discutia bastante conosco, era uma constante ouvi-la dizer: “Estude para você não ser como eu, empregada doméstica”. Assim fez tudo o que era possível para que

⁴³ Professora de História. Nascida na cidade do Rio de Janeiro. Licenciatura em Pedagogia e Especialização em História.

estudássemos, trazia livros que as patroas jogavam fora, enfim tudo que o que minha mãe ganhava, levava para casa e aproveitava. Aos 50 anos, minha mãe retorna aos bancos escolares e termina seus estudos primários, era a realização do tão almejado sonho de conseguir os estudos que a levaria a trabalhar em hospital, assim, conseguiu se formar como Técnica de Enfermagem e começa a trabalhar no Pronto Socorro nas zonas leste e norte da Prefeitura de São Paulo; se aposentou depois de longo tempo atuando como Auxiliar de Consultório Dentário numa Unidade Básica de Saúde (UBS).

Fomos para a Bahia, meu pai foi trabalhar na construção da Base Naval de Aratu, lá ficamos por uns tempos e ao retornarmos ao Rio de Janeiro, meu pai vendeu o barraco, em Vila Vintém, e resolveu ir para o Paraná. Passamos por São Paulo em 1954. Em Paranacity, iniciei meus estudos, voltamos para São Paulo e aqui ficamos por uns anos e em seguida fomos para o município de Barueri, na Grande São Paulo pois meu pai foi trabalhar no Arsenal de Guerra de São Paulo.

Estudei no Colégio Estadual CEERT, em Osasco, Escola Normal, já em plena ditadura. Não se falava da situação política em casa, afinal meu pai trabalhava no Exército. Aliás, ele pouco falava sobre o que foi a Guerra para ele e muito menos sobre o trabalho, e não admitia que namorasse militar.

Sempre me vi envolvida no coletivo, grêmio da escola, grupos de amigos negros, bailinhos que meu irmão realizava em casa, o que era uma constante, e muitas vezes saía de Barueri e vinha para o bairro da Barra Funda (SP) para as domingueiras, frequentava o bairro da Liberdade, ia à Igreja dos Enforcados às segundas-feiras, recebia os folhetos dos bailes e dos eventos da semana, passava pela Rua Direita até o antigo Mappin em frente ao Teatro Municipal. Era onde a comunidade negra se encontrava.

Meu sonho era estudar Educação Física na Universidade de São Paulo (USP), mas era um curso em tempo integral, e meus pais não

tinham condições de me manter durante todo o curso. Acabei cursando Estudos Sociais (História e Geografia) na Faculdade Camilo Castelo Branco, atual UNG, em Guarulhos. Tempos difíceis, estudava à noite (não havia metrô, tomava ônibus, trem) naquele período o estudo era também uma possibilidade de trabalho, fiz complementação em História e Pedagogia com especialização em Direção Escolar, em Franca. A questão da educação era reforçada na comunidade negra, eu sofri esta influência, pois participava de entidades que vinham com esta proposta, além de ter amigos que já eram acadêmicos, tais como jornalistas revisores, advogados, professores etc.

Frequentei durante muito tempo a Praça da República aos domingos e tive oportunidade de conhecer uma variedade de intelectuais da área cultural e acadêmica, ativistas e artistas que expunham na Praça, Vicente Candido, João Candido, Maria Auxiliadora, grandes expoentes da arte naïf⁴⁴, e Raquel Trindade, filha do Solano Trindade, Oswaldo de Camargo e Aristides Barbosa (revisores e tradutores) que trabalhavam nos grandes jornais da época (Folha e Estadão).

A questão da educação formal, institucional, gozava de grande prestígio, como peça ideológica e instrumental do projeto de ascensão e integração da população negra naquele período, isto já vinha desde a década de 30. Comecei a lecionar como voluntária, numa entidade organizada pelo Deputado Adalberto Camargo, Teodosina Ribeiro e alguns intelectuais, que se chamava Instituto Laura Camargo (1965), em homenagem à mãe do Deputado. Era uma grande casa, com várias salas e espaço num belo quintal onde fazíamos recreação com as crianças, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, Santa Cecília. Éramos um grupo de jovens que lá estavam congregados, calouros nas diversas universidades, jornalistas, advogados, professoras, artistas, escritores. As conversas

⁴⁴ É um estilo artístico caracterizado por ser espontâneo, original, intuitivo e livre.

giravam em torno da educação, dos avanços da luta antirracista, estratégias, realização de eventos.

Em 1967, atuei na Casa da Cultura e Progresso (Cacupro), Organização Não Governamental (ONG), no Ipiranga, com Rafael Pinto, Carmem Holanda, Maria das Dores, Jurandir, Mirandir, Waldir Silva, onde realizávamos atividades com crianças, jovens e adultos na área da educação e brincadeiras educativas.

Conheci na Associação Cultural do Negro, Tereza Santos, mulher negra, carioca, ativista política e cultural, atriz. Comecei a frequentar os ensaios de uma peça teatral denominada "E Agora Falamos Nós", organizados por Tereza e Eduardo de Oliveira, sociólogo. Fizemos apresentações no Tuca e no Masp. Participar deste grupo teatral me proporcionou um sentimento de pertencimento e empoderamento do que era ser negra e as dificuldades nas lutas contra a sociedade racista. Ao mesmo tempo me propiciou conhecimentos sobre a história da África e sua importância para as estratégias de luta, principalmente a autoestima para o grupo de jovens.

Ao fim do curso na faculdade, que apesar de ser um curso não preferencial e nem concorrido, éramos somente duas negras. As dificuldades que enfrentamos durante o curso foram imensas, financeiras, raciais e discriminatórias, tínhamos ainda que enfrentar o transporte, pois atravessávamos duas cidades Guarulhos e São Paulo para chegarmos em casa, Barueri, utilizando ônibus, trem, altas horas.

Prestei concurso para escriturária na Prefeitura de São Paulo e durante sete anos permaneci neste cargo; depois fiz outro concurso, fui nomeada como professora do Ensino Fundamental I e II, como educadora e professora de História, numa escola na Vila Olímpia, onde havia crianças de classe média e de uma comunidade da região. Meu deslumbre era enorme, pois a escola era muito bem localizada e os alunos uniformizados, me lembro bem da sala de artes onde havia

uma professora que tocava piano, uma bancada para fazer atividades, laboratório, pátio encerado e claro, mais alunos brancos do que negros, devido à localização, classe média com uma comunidade no meio. Permaneci nesta escola por seis meses e logo no final do ano fui designada para uma escola no Jardim Ângela, Zona Sul de São Paulo, lugar de violência, onde saíamos escoltadas ao final das aulas. O alunado era negro em sua maioria, vindo da comunidade, mas realizávamos atividades diversificadas e colaborativas, integrativas. Logo percebi que estas atividades eram desenvolvidas por mim de forma isolada e solitária.

Trabalhei em diversas Escolas nas regiões de São Paulo: Zona Sul, Leste e finalmente Zona Norte, territórios periféricos, em meio a muita violência. Em todas, o trabalho sempre foi bem difícil, com muitos desafios, mas que trouxe alguns resultados.

Foi uníssono em todos os grupos da qual participei, a questão da educação como ponto principal para o desenvolvimento da comunidade negra, é ponto fundamental para a luta antirracista. A escola estimula, através de contatos diários e primários, a reprodução desse sistema não igualitário, a ponto de alunos negros se recusarem a ir à escola para evitar situações constrangedoras e humilhantes para as quais não tinham resposta, pois em geral, os pais não os preparam suficientemente para enfrentar situações desse tipo. Por diversas vezes tive que transpor os muros da escola para realizar trabalhos com as famílias de alunos negros. Muitas amizades foram iniciadas e fortalecidas com estas visitas. Os trabalhos extraclasse (visitas) foram fundamentais para que pudéssemos dialogar com as famílias e a partir daí enfrentarmos de forma mais fortalecida e eficaz o racismo, dentro e fora do espaço escolar. Na escola, encontramos resistência por parte das direções das escolas, dos discentes e docentes.

É preciso ressaltar que foi um período anterior à Lei nº 10.637/2003, então trabalhar com a história da África era transpor

barreiras, muitos professores alegavam que não era possível realizar trabalhos desta natureza, pois tínhamos que nos preocupar com a história do Brasil e com a violência dentro da escola. Durante 12 anos fui orientadora da Sala de Leitura, na Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) Castro Alves, periferia do Jardim Elisa Maria, Zona Norte. Foi um período muito aproveitável, pois conhecia todos os alunos e professores de todos os períodos da escola, recebemos muitos livros relacionados com a temática racial, devido ao Projeto Bibliografia Afro-Brasileira da secretaria da Educação do Município de São Paulo (1991-2003). Estes livros serviram de sustentação para um trabalho mais efetivo com os alunos e alguns professores. Priorizei, por intermédio da cultura, dança, teatro, literatura, música, a valorização do povo africano e a formação da sociedade brasileira, bem com a inserção do negro nesta sociedade.

Fui chamada para participar de discussões para a fundação de uma entidade em que as mulheres pudessem desenvolver atividades sem o machismo tão presente nas entidades negras, nos reuníamos na casa da Edna Roland, da Sueli Carneiro, daí surge o Géledes (Instituto da Mulher Negra), fundado em 1988.

Em 1997, surge a Fala Preta, colaborei durante alguns anos com Edna Roland, Dida e Deise Benedita.

Fui Diretora Cultural e Educacional do Grupo Dandara, formada em sua maioria por mulheres e seus filhos, cujo objetivo era educar por meio da cultura, com danças, palestras e encontros, na COHAB Itaquera/Guaianazes, zona leste de São Paulo.

Em 1998, foi fundado o Fórum África, no qual fui diretora administrativa até o seu fechamento em 2014. Esta entidade tinha por objetivo o estudo da história da África e congregava brasileiros e africanos residentes em São Paulo. Nesta perspectiva, realizamos diversos cursos, em parceria com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (USP), Serviço Social do Comércio (SESC), desfiles de moda, exposições e jantares. Criamos o Prêmio Kabengele

Munanga para prestigiar os melhores trabalhos desenvolvidos sobre questões relacionadas a temas que envolviam África/Brasil, projetos nas Escolas com oficinas de História da África, dia da mulher afro-caribenha etc.

Fui vice-diretora da Associação para a Comunidade Festivos da América (ACAFAM), fundada em 21 de outubro de 2003, que tem como objetivo defender direitos sociais da comunidade africana na América, com sede em Ribeirão Preto.

Atuei como tesoureira da ONG Bom Samaritano Tidarfit, que tinha como objetivo dar apoio social, integração, educação, formação e cultura, estudos, pesquisa, acolhimento, orientação e proteção aos imigrantes e refugiados no Brasil.

Coordeno, junto com Maria das Dores Fernandes e Cuti (Luiz Silva) há mais de 15 anos, o Quilomboletras, Clube Negro de Leitores, com o objetivo de ler e apresentar impressões sobre obras literárias de autores negros e negras brasileiros e estrangeiros

Desde 2022 atuo como avaliadora dos Cadernos Negros⁴⁵ e como parceira colaboradora da Soweto Organização Negra.

Em 2022, criamos a Casa Nayo, espaço cultural e educacional, onde realizamos encontros, rodas de conversa, almoços temáticos com o objetivo de agregar negros e negras de diferentes faixas etárias, afim de proporcionar ao indivíduo uma viagem cultural mediante um compartilhamento de saberes afro-brasileiros e da cultura africana, favorecendo o entendimento do conceito de Afro Casa (casa com objetos africanos ou afro-brasileiros) que identifica a ancestralidade, reforçando a identidade negra.

Meu trajeto foi e é de muito movimento, cheia de obstáculos, pois para nós mulheres negras, temos que transpassar barreiras nos estudos, no trabalho, no âmbito familiar, mas nada se conquista no

⁴⁵ A criação da série Cadernos Negros, organizada pelo Quilombhoje, tem um papel fundamental na dinamização da produção literária afro-brasileira pela publicação de contos e poemas, e "tem se tornado o principal veículo de divulgação da escrita daqueles que resolvem colocar no papel suas experiências e visão de mundo". Em: <https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>. Acesso em: 20 abr 2025.

individual, temos que estar juntas, no coletivo, aprendendo, caindo, levantando, compartilhando, ensinando e principalmente tendo a consciência de que esta luta vem de longe e que sempre prepararemos caminhos, ontem, hoje e amanhã. Nossos passos vêm de longe e devemos agregar para crescer no coletivo. Nunca esquecer de quem esteve ao nosso lado, na luta por um país antirracista.



RAÍZES NEGRAS: MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS

Aisha Mahin

⁴⁶ Nascida em São Paulo. Iniciou graduação em Matemática na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e, posteriormente, transferida para o Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade de São Paulo. Concluiu Administração na Faculdade de Administração FEAD. Fez pós-graduação em Neurociência do Desenvolvimento na Faculdade Descomplica. Professora do Ensino Fundamental 1 e 2. **Foto da Família na década de 1940.** A mais velha é a minha bisavó, sentada, bem no centro, ao lado da geração da minha avó e mais cinco irmãs. De pé estão os da geração da minha mãe (mais nove irmãos) e no chão as crianças que são alguns dos bisnetos. Minha mãe está à direita da foto, única sorrindo.

Fui convidada a compartilhar um relato que sintetiza memórias da minha trajetória marcada por resistências, conquistas, alegrias e lutas por justiça, igualdade e representatividade. Olho para trás com orgulho e, ao mesmo tempo, com urgência. Percorri caminhos abertos por quem veio antes de mim, mas também abri os meus e quero que eles sejam ponte para quem vem depois.

Neste texto, revelo diferentes dimensões da minha história. Compartilho raízes familiares e históricas, honrando a força e o legado dos meus ancestrais, que enfrentaram invisibilidades e abriram horizontes de possibilidade. A partir deles, aprendi que a luta é também uma forma de amor.

Relembro minha militância nos movimentos negros e estudantis, passando pela superação de barreiras educacionais e profissionais. Falo das minhas vivências enquanto mulher negra em uma sociedade que ainda persiste em nos silenciar. Celebro a afirmação da minha identidade, na escolha consciente e simbólica de carregar nomes africanos. Nomear-se é também um ato político e ancestral.

Divido a experiência inesquecível de vivenciar a educação e a humanização em solo africano. Reconheci outras formas de saber, de ensinar, de cuidar e me reconheci em outras perspectivas. Por fim, expressei os agradecimentos às e aos que me fortalecem na missão de transformar estruturas e cultivar justiça com raízes profundas. Como nos ensinou Lélia Gonzalez: **"A gente tem que ter consciência de que a gente não pode deixar de lutar"**. E é por isso que sigo: com consciência, com memória, com esperança.

Raízes e resistência

Minha família tem raízes em São Paulo e Minas Gerais, estados marcados por lutas e resistências, mas as histórias começam na África, berço da humanidade. Nossos ancestrais, povos com culturas milenares, saberes sofisticados e avançados, foram sequestrados e

escravizados para construir o Brasil. Entre os mais de cinco milhões de africanos trazidos, estão os meus antepassados, que enfrentaram as crueldades do patriarcado e as violências do racismo. Lutaram pela liberdade para que trilhássemos caminhos mais livres e emancipados. Removeram muitos obstáculos e pavimentaram nosso caminho com sabedoria, identidade e pertencimento. Tenho em mim o sangue e os nomes deles, e a missão ancestral de continuidade. Sou herdeira de uma história de superação, trabalho árduo e sonhos ousados.

Eu, mulher negra, sou filha de uma mulher ativa, negra, corajosa e batalhadora, que foi auxiliar de enfermagem. Minha mãe, Dirce, trabalhou incansavelmente, dormiu pouco para que pudéssemos sonhar livremente e alçar voos antes considerados inalcançáveis. Viveu lindamente. Após um casamento breve, ficou viúva do meu pai, Israel, homem negro, pintor ousado, que cantou e tocou melodias de uma vida efêmera e, no ritmo do seu pandeiro vibrante, se despediu bem cedo.

Meu pai-tutor, minha tia-mãe, assim como meus tios, tias, avós, avôs, bisavó e bisavô com quem convivi, transmitiram a mim, aos meus irmãos (Carlos e Luiz; David e José - já falecidos) e às diversas crianças que criaram uma educação questionadora, militante e rica em tradições familiares.

Recebemos uma orientação profissional planejada, que nos proporcionou condições para enfrentar desafios, realizar escolhas conscientes e compartilhar nossas experiências com outras pessoas ao longo da vida. A família exerceu um papel fundamental em nossa formação, iluminando as encruzilhadas e nos guiando para que pudéssemos trilhar nossas trajetórias com confiança, segurança e liberdade.

Entre 1970 e 1980, nasceram meus preciosos filhos e filhas: Kwame Yonatan, Tetembua Dandara, Handemba Mutana, Husani Kamau e Mafoane Odara, ativistas em suas áreas de atuação profissional. Tenho agregados, filhos e filhas do coração: Marco

Antonio, Adriana, Luciana, e outras pessoas que me proporcionam imenso orgulho e alegria (Claudia, Claudio e Vivian). Sou avó de quatro netos e netas: Mudrik, Makini, Kalihe e Dayô, entre outros. Investi anos na formação dos meus filhos e filhas, seguindo a orientação ancestral, ou seja, imenso afeto e foco no desenvolvimento cognitivo e emocional, para que se fortaleçam e sigam fazendo escolhas conscientes e responsáveis, pavimentando caminhos sólidos para si e para os que virão.

Um projeto de Tetembua Dandara, **“Eu tenho uma história que se parece com a minha”**, transforma as memórias familiares em experiências sensoriais e políticas. A proposta convida o público a compartilhar afetos, histórias e resistências, celebrando a ancestralidade por meio das vivências de quatro mulheres negras, pertencentes a três gerações de uma mesma família.

Educação: diversidade na universidade

Os desafios enfrentados no ambiente universitário me impulsionaram a lutar pelas transformações das políticas de acesso ao ensino superior e a participar da construção de uma universidade mais inclusiva. Após me formar no Magistério, ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro-SP, atual Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Com a mudança para São Paulo, na década de 1970, consegui, com o auxílio de um professor, ser transferida para cursar algumas disciplinas na Universidade de São Paulo (USP), que, naquela época, não era um espaço diverso e inclusivo. O ambiente universitário era extremamente hostil. A exclusão de pessoas negras, mulheres e estudantes oriundos das camadas populares era explícita, especialmente nos cursos das áreas de exatas. Os estudantes da USP eram majoritariamente homens brancos, de classe média, refletindo o histórico elitista de São Paulo e do país. Para nós, mulheres negras, colocadas na base da

pirâmide econômica e social do Brasil, enfrentar aquele ambiente significava travar uma verdadeira guerra em condições extremamente desiguais. Sem voz institucional, sem políticas de permanência, sem rede de apoio, o cotidiano era marcado por bombardeios contínuos de discriminação, isolamento e invisibilidade. A saúde mental era colocada à prova a cada dia. Realizei inúmeras interrupções, culminando na desistência do curso. Indignada, retomei o aprendizado herdado de minhas ancestrais: resistir às opressões.

Foi nesse contexto que ingressei como funcionária na área administrativa da própria USP e passei a atuar nos bastidores. Engajei-me no movimento de sensibilização da comunidade universitária para as questões raciais e sociais.

O Movimento Negro Unificado (MNU), assim como a Convergência Socialista (CS), naquela época, promovia manifestações e reivindicações dentro e fora do campus da USP e em outras universidades públicas da capital e do interior do estado. Lutávamos **pela democratização do acesso ao ensino superior, pela valorização da diversidade, pela igualdade racial e por outros direitos fundamentais.**

Com o passar dos anos, e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como direito universal e a igualdade como princípio, as mobilizações se intensificaram.

No final da década de 1990, **nós, integrantes dos cursinhos comunitários**, como o Thema Educação, a Educafro, o da Psicologia, o Consciência Negra, entre outros importantes coletivos — ampliamos a pressão pela reformulação das políticas de acesso. Num primeiro momento, as universidades responderam com isenção de taxas de vestibular. Mas, diante da persistência dos movimentos, acabaram por avançar.

Na USP, em 2006, foi criado o Programa de Inclusão à Universidade Pública (INCLUSP), oferecendo bonificação de até 20% para estudantes oriundos de escolas públicas. Em 2008, foi lançado o

Programa de Avaliação Seriada da USP (PASUSP), que avalia o desempenho dos estudantes ao longo do ensino médio. Em 2017, a USP instituiu a reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas no ensino básico (PPI-EB) e, em 2018, aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), ampliando o acesso via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), assegurando vagas para grupos historicamente excluídos.

Essas conquistas não vieram por concessão, mas como resultado de lutas históricas, continuadas e organizadas. Foram frutos das mobilizações de cursinhos populares, movimentos negros e da sociedade civil articulada em torno das ações afirmativas, das cotas raciais e sociais, e da justiça educacional.

Em 2012, a vitória se concretizou em nível nacional com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, que reservou 50% das vagas nas universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios de renda e de autodeclaração racial. Essa política não é apenas uma medida educacional. É um marco civilizatório. Ela simboliza a conquista política de uma universidade mais plural, mais democrática e mais conectada com o Brasil real.

Cada avanço nas políticas de acesso ao ensino superior representa a força da resistência negra, a resiliência das periferias e a coragem dos movimentos sociais que ousaram imaginar um país mais justo. E, por mais desafiador que tenha sido esse caminho, sigo acreditando que nossa luta por equidade educacional segue sendo uma das mais potentes formas de transformação estrutural da sociedade brasileira.

Mulher negra: voz, silêncio e resistência

A escritora e jornalista **Rosane Borges** analisa, de forma contundente, a representatividade e a visibilidade da mulher negra em diversos contextos sociais e culturais. Em sua obra "Mulheres negras: histórias de resistência e transformação" (2019), Borges nos convida a romper com a lógica da vitrine e da visibilidade vazia. Para ela, a mulher negra **não deve ser vista como mero objeto de representação**, mas como **sujeito ativo da história**, dotada de voz, agência e poder para transformar as estruturas sociais, políticas e culturais que a oprimem.

Na década de 1970, em pleno regime militar, os **movimentos grevistas e estudantis** tornaram-se espaços fundamentais de resistência política.

A **Convergência Socialista (CS)** teve papel relevante nesses movimentos, mobilizando trabalhadores e estudantes em torno de pautas como melhores condições de ensino, direitos democráticos e trabalhistas. Greves, protestos, reuniões e debates foram ferramentas importantes para amplificar a oposição à ditadura e fortalecer a luta por justiça social. No entanto, **as questões de raça e gênero eram, em grande medida, invisibilizadas**. Pouco se discutia sobre o impacto do racismo e do machismo dentro desses próprios movimentos.

Foi somente a partir da década de 1980 que **intelectuais e ativistas negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro** começaram a tensionar essa ausência. Com suas vozes potentes e práticas políticas transformadoras, elas impulsionaram o debate sobre **interseccionalidade**, a compreensão de que as opressões de raça, gênero e classe estão imbricadas e devem ser enfrentadas de forma conjunta. A partir dessa intervenção, diversos movimentos sociais e feministas passaram a reconhecer as especificidades da luta das mulheres negras e das trabalhadoras

marginalizadas, como as operárias das fábricas.

Embora as **greves do ABC Paulista** tenham sido fundamentais para a conquista de direitos trabalhistas, elas ainda refletiam uma lógica excludente. Lideradas majoritariamente por homens metalúrgicos, essas mobilizações contaram, no entanto, com a participação decisiva das **mulheres trabalhadoras**, que, além de enfrentarem condições precárias de trabalho, também lutavam contra a **discriminação de gênero nos sindicatos e nos espaços de decisão**. Suas reivindicações iam além dos salários e jornadas: tratavam de saúde, segurança no trabalho, assédio, igualdade de oportunidades e **acesso à liderança sindical**.

Essas lutas, junto com outras mobilizações sociais, culminaram na **Constituição Federal de 1988**, que consagrou a igualdade de direitos entre homens e mulheres, reconheceu direitos trabalhistas importantes e abriu caminho para a construção de um país mais justo. Ainda que não tenha estabelecido mudanças específicas voltadas à população negra, a nova Constituição abriu brechas institucionais para a formulação de **políticas de ação afirmativa, equidade de oportunidades e justiça racial**.

Como destacou Sueli Carneiro (2003: 47),

a luta pela ocupação de espaços de poder e decisão da população negra e, em particular, das mulheres negras, é uma questão de justiça histórica, pois é fundamental que a sociedade reconheça os direitos e as contribuições históricas dessa população para o desenvolvimento social.

O avanço nas políticas de equidade racial e de gênero é o resultado da **pressão histórica de movimentos que se recusaram a aceitar a invisibilidade como destino**. Nós, mulheres negras seguimos em marcha e movendo estruturas.

Movimento Negro Unificado e outros movimentos: aquilombar para resistir

A luta da população negra no Brasil sempre esteve ancorada em resistências históricas, saberes ancestrais e articulações políticas que desafiaram o silêncio e a exclusão. Os passos não começaram conosco, vêm de muito antes: dos quilombos que resistiram à escravização, as revoltas que reivindicaram liberdade, das mobilizações que garantiram a manutenção de direitos conquistados. Em cada época, foi, e continua sendo, fundamental que **as juventudes negras militantes se mantivessem unidas**, conectando gerações passadas e presentes na construção de um Brasil antirracista. E, como nos dizia o velho militante José Correia Leite, da Frente Negra Brasileira (FNB): “E assim, a luta continuou”.

Em julho de 1978, Milton Barbosa, um dos fundadores do MNU, e os militantes de diferentes segmentos protagonizou um ato histórico nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Foi lida uma carta-manifesto que denunciava o racismo institucional e estrutural, mortes, prisões em massa e conclamava a população negra a se organizar coletivamente. Um dos trechos dizia:

Nós, negros e negras, não somos cidadãos de segunda classe, e não podemos continuar a ser tratados como tal. A luta contra o racismo, a opressão e a exclusão social é uma luta de todos, e devemos nos unir para conquistar nossos direitos e afirmar nossa dignidade como seres humanos [...] nós, negros, somos discriminados, segregados e marginalizados em todas as esferas da sociedade. Não mais aceitaremos o silêncio, a indiferença e o preconceito que nos é imposto. Exigimos respeito, dignidade e a plena igualdade de direitos.

Esse protesto do MNU foi decisivo para tirar o debate racial da invisibilidade e conduzi-lo ao centro do debate público. **O ativismo negro se articulava em múltiplos territórios de mobilização coletiva**, onde cultura, educação e política se entrelaçavam na construção de caminhos de liberdade. As escolas de samba, assim como os quilombos, foram e são espaços de transmissão de saberes,

resistência cultural e afirmação da identidade política. Dentre as várias frentes do MNU, implementamos, ainda na década de 70, um projeto coletivo de educação alternativa na Escola de Samba Vai-Vai, no Bexiga, região com forte presença da população negra. Esse projeto educativo tinha como objetivos o resgate e valorização da cultura e da história do povo negro, atividades educacionais e um espaço de encontros.

Com a mudança de diretoria da Vai-Vai, o projeto foi interrompido, mas não parou. Continuamos o trabalho em outro local, na Escola de Samba Camisa Verde e Branca, presidida na época por Tobias. Os(as) educadores(as) negros(as), professores e alunos universitários, militantes e voluntários locais se reuniram para construir um **projeto educacional potente, enraizado na comunidade e nos valores da coletividade**. A proposta avançou: oferecíamos reforço escolar, cursos preparatórios para o vestibular e outras formações diversas. A cultura da escola seguia como fio condutor do processo pedagógico. Refletíamos sobre o impacto do racismo na educação, sobre políticas públicas para a melhoria da qualidade do ensino e estratégias para fortalecer estudantes negros diante da exclusão histórica. A colaboração de todos os envolvidos foi fundamental para o sucesso do projeto, permitindo que diferentes perspectivas e experiências fossem compartilhadas e integradas.

A cultura da escola foi utilizada como ferramenta pedagógica para promover o ensino da história afro-brasileira. Realizávamos reflexões sobre políticas de melhoria da qualidade da educação, o impacto do racismo no ensino e na vida dos estudantes negros, entre outros temas.

Nossas ações, que integravam educação, cultura e política, desafiaram o regime ditatorial e enfrentaram de forma direta as estruturas racistas da sociedade brasileira. Promovíamos, ao mesmo tempo, o pertencimento, a autoestima e a afirmação de existências que, por séculos, foram apagadas dos espaços institucionais.

Nomes africanos: identidade como ato político

Ao longo da história brasileira, a imposição de nomes europeus aos descendentes de africanos escravizados foi uma das formas mais sutis e violentas de apagar memórias, culturas e identidades. Nas décadas de 1970 e 1980, período ditatorial, nós, militantes dos movimentos negros nos reconectamos com as raízes ancestrais por meio da escolha de nomes africanos para nossos filhos. Esse gesto representava um ato revolucionário e uma afirmação política. São símbolos de resistência, memória e orgulho da herança africana.

Na época, o jornalista, escritor e ativista Jamu, criador e editor do jornal *Árvore das Palavras*, informativo que refletia e denunciava as violências do racismo e da ditadura, conseguiu adquirir um livro estrangeiro de nomes africanos, que continha sugestões de nomes com seus respectivos significados, originados em diversos países da África. A escolha de nomes representou uma verdadeira mudança de paradigma, pois as gerações futuras não mais precisariam ter os nomes impostos pelos colonizadores. Entre tantas crianças que nasceram sob o regime da ditadura militar, estão minha filha Mafoane Odara e meu filho, Husani Kamau, um dos pioneiros da primeira geração de filhos e filhas de ativistas a receberem nomes africanos em um país que, até então, os proibia nos registros civis.

Esses nomes foram escolhidos com a ajuda das amigas Marlene e Élide, que acessaram a lista do livro e, com ela, espalhou-se inspiração nas rodas da militância. Ao longo do tempo, os significados desses nomes foram se espalhando e tornaram-se símbolo de orgulho, identidade e ancestralidade.

Publicações como o *Quilombhoje*, os *Cadernos Negros* e o livreto *Nossas Crianças* contribuíram decisivamente para a virada simbólica e cultural. No livreto, lê-se: "Seus nomes são o reconhecimento de uma identidade, porque elas são fruto de

um marco que podemos reivindicar como dado determinante de toda uma vivência”.

A literatura, a arte e a oralidade tornaram-se instrumentos poderosos de valorização dessa herança. Escritoras como Kiusam de Oliveira, Clélia Rosa e tantas outras têm produzido uma extensa e delicada obra voltada ao público infantil, ressignificando os nomes, os fenótipos, os cabelos e os sonhos das crianças negras brasileiras.

No livro *Com qual penteado eu vou?* (Kiusam, 2021), vemos meninas negras questionando e celebrando seus cabelos crespos como coroa de identidade. Em *Eu Sou Linda Assim*, a ativista e autora Pamela Gaino se inspira na história real de uma garotinha negra, de pouco mais de dois anos, que, com seu nome africano e sua força ancestral, enfrentou a experiência de viver em um país africano em plena guerra civil.

Essas obras e iniciativas não apenas estimulam a leitura, mas reconhecem a existência das crianças negras como protagonistas de suas histórias. Fortalecem a autoestima, promovem o pertencimento e resgatam uma linhagem de nomes, corpos e saberes que o colonialismo tentou calar, mas que seguem vivos e, agora, celebrados.

Vida em África: Angola, educação e humanização

Realizar o sonho de conhecer o continente africano era, para mim, um desejo intenso e carregado de significado. Um chamado ancestral. Queria me reconectar com as minhas origens e conhecer a história da África, uma história que nos foi negada por mais de quatro séculos.

Fomos privados de saber sobre as contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira, como os conhecimentos avançados em tecnologias arquitetônicas, medicina, astronomia, entre muitos outros. Resgatar essa memória é emancipador e profundamente libertador.

Como diz o pensador, o professor doutor Kabengele Munanga, a reconexão com o continente africano é fundamental para que os afro-brasileiros resgatem sua identidade histórica e a riqueza cultural, superando o apagamento causado pelo processo colonial. Isso é emancipador e libertador, além de combater estereótipos e discriminações.

No final da década de 1970, meu ex-companheiro foi convidado a desenvolver um projeto em Angola. Eu e meus filhos também fomos, por conta da oportunidade, do suporte e apoio logístico assegurados. Passamos mais de três anos em Luanda, a capital de Angola, país recém-libertado (1975) após quatrocentos anos de exploração pela colonização portuguesa.

Atuei como professora do ensino básico em uma escola pública. Foi um espaço de aprendizado seguro, acolhedor e transformador. Estar em sala de aula com crianças e adolescentes luandenses foi uma experiência profundamente gratificante. Me emocionava ver meninas e meninos **interessadíssimos em conhecer a cultura, a história e os costumes do povo negro brasileiro**. Faziam perguntas o tempo todo e ouvi-las era tão importante quanto respondê-las. A troca era afetuosa, política e repleta de esperança.

Apesar da difícil realidade, marcada pelas consequências da guerra civil e pela dor de vidas perdidas, o povo era resiliente, unido, solidário e determinado a preservar sua independência recém-conquistada. A juventude, mesmo cercada pela escassez de recursos e pela instabilidade, **alimentava sonhos coletivos de reconstrução e liberdade**. Lutavam com coragem. A solidariedade era o cimento invisível que sustentava aquele momento histórico de reconstrução.

Como afirmou Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, no discurso de Proclamação da Independência, em 11 de novembro de 1975: "Ao reconstruir um país, é fundamental preservar a unidade e a solidariedade do povo, garantindo a continuidade da luta pela liberdade e pelo desenvolvimento".

Um dos marcos mais simbólicos da minha passagem por Angola foi a gestação e o nascimento do meu terceiro filho, Handemba, em solo ancestral. Foi uma experiência de enorme potência emocional e espiritual. Desfrutei de um atendimento humanizado na maternidade de Luanda. O parto foi acolhido por médicas africanas, com humanização real, algo raro no atendimento às mulheres negras em muitos serviços públicos de saúde no Brasil.

Senti tranquilidade, segurança, e fui tratada com dignidade e respeito. Havia escuta, presença, cuidado amoroso – comigo e com meu bebê. Essa experiência me ensinou, na prática, o que desejamos como ideal: o direito à vida com respeito. A ausência da violência obstétrica, a valorização da saúde materna, o toque humano... tudo isso me fez pensar no Brasil que sonhamos: um país que valorize a dignidade da população negra, que acolha, que cuide, que respeite a vida da mulher negra.

Ao retornar ao Brasil, levo comigo a honra de ter dado uma contribuição modesta, mas comprometida, à luta pela reconstrução de Angola. Carrego também a riqueza das vivências, os aprendizados e os afetos que me permitiram compreender a essência, o significado de lutar por independência, liberdade e justiça social.

Angola, hoje, é um país em desenvolvimento, parceiro estratégico do Brasil, com desafios estruturais e potencialidades imensas.

Agradecimentos

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas negras que ousaram e ousam resistir, transformar e sonhar um futuro diferente. "Eu sou porque nós somos", Provérbio Ubuntu.

Minha gratidão às ancestrais, mulheres sábias, visionárias e corajosas, que abriram os caminhos com dignidade e força, permitindo que hoje estejamos aqui em movimento.

Agradecimento especial à minha família, o horizonte que me inspira, que me nutre de coragem, amor, apoio e persistência. Somos um elo firme de gerações comprometidas com a justiça, com a liberdade e com a beleza de existir em nossa plenitude.

Agradeço aos mais jovens, que hoje assumem o bastão da luta com consciência, ousadia e afeto. Vocês estão impulsionando o desenvolvimento de habilidades inovadoras e a continuidade de projetos de vida.

Agradeço às/aos grandes amigas e amigos com quem percorremos lado a lado nas partilhas de resistência, nos desafios e nas vitórias. É com elas e eles que sigo lutando, construindo e reconstruindo a cada passo.

Agradecimentos às integrantes da Soweto Organização Negra, pelo convite para participar do Caderno Atuação e Militância de Mulheres Negras, que ressalta o empoderamento das mulheres negras, tema essencial para o fortalecimento das nossas lutas e para o avanço da transformação e da justiça estrutural.

Referências

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BORGES, Rosane. *Mulheres negras: histórias de resistência e transformação*. São Paulo: Selo Negro, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Mulher negra: política e identidade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO(MNU). *Carta-manifesto*. São Paulo, 1978.

MUNANGA, Kabengele. *A formação do negro no Brasil: da colônia à contemporaneidade*. São Paulo: Selo Negro, 2004

NASCIMENTO, Beatriz. *O quilombo e a resistência*. s.l.: s.n., 1987.

NETO, Agostinho. *Discurso na proclamação da independência de Angola*, 11 nov. 1975. Em: <https://www.novacultura.info/post/2021/11/11/discurso-de-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola>. Acesso em: 20 mai. 2025.

NOSSAS CRIANÇAS. *Cadernos Negros*, v. 11, Quilombhoje, 1987.



FLACSO
BRASIL

Série Cadernos FLACSO

N26

www.flacso.org.br